



The background of the page features a faint, stylized illustration of a landscape. It depicts a winding river or stream flowing through a valley. In the upper portion, there are rolling hills or mountains, some of which are shaded in a light tan color. Below the hills, a small settlement or village is visible, with several simple buildings and what appears to be a small structure, possibly a well or a shrine, near the water. The overall style is minimalist and artistic, using light lines and soft colors to create a sense of a natural, rural environment.

Experiências do Curso de Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades:
Pedagogia das Águas em Movimento. Realizado em 2019, no município de
Cachoeiras de Macacu – RJ. Formação de Agentes Populares em Saúde Ambiental.



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

Presidente

Nísia Trindade Lima

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (EPSJV)

Diretora

Anamaria D'Andrea Corbo

Vice-Diretoras de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Cristiane Teixeira Sendim

Raquel Barbosa Moratori

Vice-Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Monica Vieira

Vice-Diretora de Ensino e Informação

Ingrid D'avilla Freire Pereira

Conselho de Política Editorial da EPSJV (composição em 2021)

André Vianna Dantas (Coordenador)

Bianca Antunes Cortes

Carla Macedo Martins

Elizabeth Menezes Teixeira Leher

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

Helena Maria Scherlowski Leal David

Luiz Mauricio Baldacci

Márcia de Oliveira Teixeira

Maria Teresa Cavalcanti de Oliveira

CONHEÇA A COLEÇÃO COMPLETA EM:

www.epsjv.fiocruz.br/pedagogia-das-aguas-em-movimento

PEDAGOGIA DAS ÁGUAS EM MOVIMENTO:

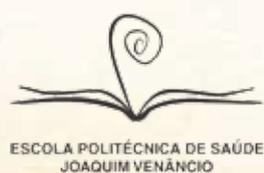
EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE AMBIENTAL

ORGANIZAÇÃO

Alexandre Pessoa Dias, Ana Paula Lucas Caetano, Leonardo Maggi,
Maria Amélia Costa, Silas Borges, Tayane Cardoso Diniz

1ª Edição
Rio de Janeiro – RJ
2021

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO/FIOCRUZ



Copyright © 2021 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz

Catologação na fonte
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Marluce Antelo CRB-7 5234
Renata Azeredo CRB-7 5207

P371 Pedagogia das águas em movimento: experiência de
educação popular em saúde ambiental / Organização de
Alexandre Pessoa Dias, Ana Paula Lucas Caetano,
Leonardo Maggi, Maria Amelia Costa, Silas Borges e
Tayane Cardoso Diniz. — Rio de Janeiro: EPSJV, 2021.
83 p.

ISBN: 978-85-5457-010-1

1. Educação em Saúde. 2. Saúde Ambiental.
3. Movimento dos Atingidos por Barragens. 4. Crise
Hídrica. 5. Agente Popular em Saúde Ambiental.
I. Dias, Alexandre Pessoa. II. Caetano, Ana Paula
Lucas. III. Maggi, Leonardo. IV. Costa, Maria Amelia.
V. Borges, Silas. VI. Diniz, Tayane Cardoso.

CDD 370.115

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz
Av. Brasil, 4.365
21040-360 - Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3865-9797
www.epsjv.fiocruz.br

Coordenação do Projeto

Alexandre Pessoa Dias
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Cooperação

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Organização

Alexandre Pessoa Dias, Ana Paula Lucas Caetano, Leonardo Bauer Maggi,
Maria Amelia Costa, Silas Borges Evangelista, Tayane Cardoso Diniz

Ilustrações

Raiene D. F. Evangelista, Silas Borges Evangelista e Tayane Cardoso Diniz

Imagens

Todas as fotos não creditadas explicitamente na publicação pertencem ao acervo da EPJV ou ao do MAB

Editoração

José Luiz Fonseca

Revisão e preparação de originais

Gloria Regina Carvalho

Normalização de Referências

Marluce Maciel Gomes Antelo

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Biblioteca Emília Bustamante
Marluce Antelo CRB-7 5234
Renata Azeredo CRB-7 5207

Pedagogia das águas em movimento: experiência de educação popular em saúde ambiental

Organização

Alexandre Pessoa Dias, Ana Paula Lucas Caetano, Leonardo Bauer Maggi, Maria Amélia Costa, Silas Borges Evangelista, Tayane Cardoso Diniz

Autores

Alexandre Pessoa Dias, Ana Paula Lucas Caetano, Andreia Livi, Débora Moraes de Oliveira, Leonardo Bauer Maggi, Maria Amélia Costa, Maria Gabriela Dantas, Otávio Miguez Rocha Leão, Silas Borges Evangelista, Tayane Cardoso Diniz

Coautores - Educandos e Educandas

Ana Beatriz Câmara de Carvalho Bresciani, Antoniel da Silva Gomes, Beatriz Borges Evangelista, Carlos Daniel Souza do Nascimento, Carlos Henrique Vianna da Silva, Danielle de Souza Ramos, Edilaine Duarte Teixeira, Edilson Duarte Teixeira, Elivelton Fidelis Alexandre de Lima, Gabriel Frias da Silva, Guilherme Augusto Câmara de Carvalho Bresciani, Isabella de Aguiar Alves, Jeniffer Borges da Cunha, Joyce Chagas Oliveira, Juliana da Silva Siqueira, Kailany da Silva Rufino, Karine Pereira Siqueira, Kerollen da Silva Vial, Laura Cupti de Barros, Marlon Delfino da Conceição, Mariana Ramos Ferreira, Myllene Ramos Foli, Sara Gomes Ferreira Coelho, Saulo Marques do Nascimento, Suziane Lima Knupp, Tatiane de Carvalho Gonçalves, Thiago Guilherme Curo Molina, Victoria Correia Diniz.

Corpo docente do Curso

Alexandre Pessoa Dias, Andreia Livi, Débora Moraes de Oliveira, Edilene de Menezes Pereira, Felipe Bagatoli Silveira Arjona, Leonardo Bauer Maggi, Maria Gabriela Dantas, Otávio Miguez Rocha Leão, Ricardo José Braga Amaral de Brito, Rodrigo Marcelino da Silva, Sérgio Ricardo, Silas Borges Evangelista, Tayane Cardoso Diniz, Victória Benfica Marra Pasqual.

Ciranda

Coletivo de educadores infantis do MAB

Colaboradores

Colégios/CIEPs/Escolas

Direção e funcionários dos Colégios Estaduais: São José e Quintino Bocaiúva.

Direção e funcionários do Colégio Municipal Professor Carlos Brandão.

Direção e funcionários dos CIEPs: 479 - Mario Simão Assaf e 140 - Mario Gomes da Silva.

Direção e funcionários da Escola Municipal Lucy Campelo da Fonseca.

Direção e funcionários da Escola Municipalizada Quizanga.

Motoristas

Filipe Pinheiro de Oliveira e Isaias Severino Miguel

SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação	13
1. Das nascentes	19
1.1 Do chão que nascem essas águas	19
1.1.1 As histórias que ninguém conta!	20
1.1.2 E a luta continua	24
1.2. A EPSJV	30
1.3. O MAB	34
1.4. A parceria - MAB e Lavsa/EPSJV	37
1.5. Sobre o povo	38
2. Do per-curso do rio	41
2.1 Os afluentes	44
2.2 Estruturação orgânica do curso	45
2.3 Mais água nesse rio... os conteúdos da formação	47
2.3.1 Eixo - Águas em disputa	48
2.3.2 Eixo - Águas que educam	51
2.3.3 Eixo - O caminho das águas e da saúde ambiental	52
2.3.4 Eixo - Águas de produção	54
2.4 Correnteza	58
2.4.1 Um rio que transborda... sobre os trabalhos de campo	58
2.4.2 Coordenação das etapas	62
2.4.3 Mística	62
2.4.4 Educação da sensibilidade e da luta	63
2.4.5 Relatoria	63
2.4.6 Avaliação das etapas	64
2.4.7 Ciranda infantil	65
2.4.8 Escolas amigas dos atingidos	65
3. Da foz, o encontro das águas e dos saberes	69
3.1 Pedagogia das águas em movimento	69
3.2 O agente popular em saúde ambiental	71
3.3 Algumas contribuições ao curso	72
3.3.1 Dos educandos	72
3.3.2 Da coordenação político-pedagógica	73
3.4 Da foz ao mar	75
Referências	77
Para saber mais	79
Anexo	81

PREFÁCIO

Há mais de uma década, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) realiza atividades formativas e de pesquisa com movimentos sociais. No ano de 2018, a escola elaborou seu Projeto Político Institucional, tendo como segundo eixo transversal a “busca de articulações estreitas com (...) organizações e movimentos populares e entidades da sociedade civil, a fim de contribuir com a consolidação e ampliação da atuação nacional e internacional da EPSJV” (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, [2018], p. 3-4). Nesse mesmo ano, a partir de emendas parlamentares, a EPSJV cria estratégias para consolidar o que havia sido preconizado pelo coletivo da escola no referido eixo.

Surge, também em 2018, a possibilidade de trabalho com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), propiciando um aprendizado mútuo entre este movimento social e a Escola. Neste processo, a EPSJV, enquanto uma escola pública socialmente referenciada, vai consolidando seu aprendizado de que a luta por direitos das populações atingidas por barragens também educa. Mais uma vez, a Escola reafirma seu papel de socializar os conhecimentos científicos produzidos historicamente através da Educação Popular em Saúde. Além disso, por meio desse projeto, a EPSJV cumpre uma de suas tarefas, a de contribuir para que políticas públicas sejam efetivadas, tais como a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Brasil, 2013a), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (Brasil, 2013b) e o Programa Saneamento Brasil Rural (Brasil, 2019). Como dito pelos autores deste rico material, todo esse projeto pedagógico fortalece a educação e a saúde do campo, assim como nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

O material que chega às mãos dos leitores e leitoras apresenta um propósito pedagógico de possibilitar o conhecimento do território em que se habita, pois, como diria Frei Betto, “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam” (apud Sousa; Silva, 2015, p. 354). Conhecer o leste fluminense do Estado do Rio de Janeiro é uma forma de contribuir para que cada educando/a conheça a si mesmo/a e reafirme que, com os pés fincados em sua terra, pode-se traçar uma mesma caminhada de luta pelo direito à água, à educação, à saúde e ao saneamento.

O MAB e a EPSJV, ao construírem o curso de *Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das águas em movimento*, que formou *agentes populares em saúde ambiental*, compreendem a importância desses sujeitos como agentes mobilizadores e educadores/as da população local, devolvendo ao povo o que a ele pertence – o conhecimento. Assim, esses/as educandos/as se instituem como sujeitos coletivos, construtores da sociedade em que se inserem, lançando um novo olhar sobre sua comunidade, seu território, questionando a leitura hegemônica que naturaliza a privatização da água que a converte em mercadoria, visando o lucro em detrimento do direito ao acesso à água pela maioria da população. A água passa a ser compreendida como elemento vital, propiciadora de memórias e plena de significados coletivos – dentre eles, a luta.

Este livro e os fascículos suplementares nos oferecem a sistematização desse belíssimo processo pedagógico, organizado a partir da síntese dos trabalhos realizados por educandos/as e docentes em interação com as comunidades locais, demonstrando-nos que o conhecimento é um processo de construção coletivo, mediado pela *práxis*.

Vale ressaltar ainda que todo esse processo pedagógico se alinha às teses elaboradas no VIII Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz em 2017, em que se preconiza que a Fiocruz deve se consolidar como instituição estratégica no campo da vigilância em saúde, fortalecendo ações integradas que atendam às demandas e necessidades do SUS (Tese 7) e que deve “ser reconhecida em sua luta por uma sociedade mais justa e equânime, (...) buscando eliminar todas as formas de discriminação, exclusão e violência” (Tese 11) (Congresso Interno da Fiocruz, 2018).

Que continuemos a nos consolidar como uma instituição pública e estratégica de Estado, que reconhece que a luta do povo por uma sociedade mais justa e solidária é a nossa luta diária!

Que cada leitor/a se delicie com este material e que ele seja inspirador para se criar novos processos pedagógicos e um outro mundo possível!

Anakeila de Barros Stauffer

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)

APRESENTAÇÃO



O LIVRO

O desafio desse material pedagógico é sistematizar a experiência coletiva do curso *Pedagogia das águas em movimento* e, para isso, foi estruturado em dois formatos. Um, o **Livro**, apresenta o projeto político pedagógico e os resultados e repercussões desse processo. Fornece as bases em que foi concebido (território e agentes envolvidos), passando pela compreensão das ameaças e fortalezas da população local, bem como as metodologias implementadas e, ao final, traz uma análise dos desafios e potencialidades diante dessa nova leitura sobre a realidade em que o curso esteve inserido. O outro formato, organizado em um box com cinco **Fascículos** distintos com suas abordagens específicas, apresenta atividades desenvolvidas ao longo do referido curso, com base nos conteúdos debatidos durante os encontros, trocas com os estudantes sobre o cotidiano de seu território, e atividades a serem realizadas nos intervalos de cada etapa (trabalhos de grupo e trabalhos de campo). Dispostos de maneira aleatória, podem ser manuseados de acordo com a proposta da atividade que se queira desenvolver enquanto um dispositivo disparador de debates, processos educativos para trabalhos de campo...

Com esta publicação, tem-se a perspectiva de subsidiar cursos de formação de *agentes populares em saúde ambiental* em regiões atingidas por barragens, onde questões referentes ao acesso à água, à educação e à saúde, por vezes negligenciadas,

alcancem a centralidade que exigem na vida das pessoas. Espera-se, assim, que a base crítica aqui apresentada possa expandir a compreensão e análise sobre os territórios para que seu povo promova trocas de experiências e ações em prol da emancipação social.

O PROJETO

Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ: Pedagogia das Águas em Movimento é o projeto que resultou da cooperação entre o Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsa) da EPSJV/Fiocruz e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 2018, ainda na coordenação da professora Anakeila Barros Stauffer como diretora da EPSJV, numa gestão comprometida com a concretização desse projeto que propunha a formulação de um curso voltado para formação de estudantes, professores e populações do campo atingidas por barragens. Além disso, o projeto previu organizar processos educativos vivenciados nesse curso, sistematizando-os num material pedagógico com o objetivo de auxiliar a implementação de cursos de formação de *agentes populares em saúde ambiental*.

Carta de uma educanda

Sou moradora de Serra Queimada, zona rural de Cachoeiras de Macacu. Moro bem próximo ao rio Guapiaçu, um dos rios que ajuda no abastecimento do Leste Metropolitano. Um lugar tranquilo e bom para viver. Eu gostaria muito de fazer o curso "Educação popular em saúde ambiental" para obter conhecimento, saber de questões ambientais. Aqui em Serra Queimada, nós não temos coleta de lixo e há um grande risco de daqui alguns anos o nosso rio começar a ser poluído. É muito importante para a nossa comunidade ter jovens que saibam lidar com a questão da saúde ambiental, pois assim poderemos ajudar a cuidar melhor, não só do nosso rio, mas também da nossa comunidade e, até mesmo, do nosso município.

O curso

Como um dos resultados do projeto, o curso de Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das águas em movimento objetivou avançar no estudo e desenvolvimento de práticas teórico-metodológicas e científicas que viabilizassem, por meio de estímulos, enxergar a realidade de uma outra perspectiva capaz de influenciar a organização popular no território, de maneira que os participantes se sentissem agentes transformadores da realidade. A educação teve um papel fundamental nesse processo e se mostrou uma forma eficaz de o poder público atuar na transformação social.

Dentre as principais motivações do projeto, uma questão foi evidenciada: **como a população local pode ser sujeito organizado para enfrentar os problemas que a cercam?** Nesse contexto, essa iniciativa é uma espécie de ensaio de preparação de espaços onde a população local possa, de maneira consciente e organizada, atuar diretamente em questões relacionadas à chamada “crise hídrica”, drama vivido por milhões de pessoas do estado do Rio de Janeiro.

Foto 1 – Educandas do curso



Os participantes do curso, moradores do município de Cachoeiras de Macacu – RJ, foram selecionados após um amplo processo de divulgação em suas escolas e comunidades. Amparado por um edital de seleção, o curso recebeu 48 inscrições, teve 36 selecionados/matriculados, e 28 concluintes. Entre aulas presenciais, estudos em grupo e trabalhos de campo, foram 132 horas de formação e mais de 300 pessoas diretamente envolvidas em ações promovidas pelos estudantes durante o curso (Foto 1).



VEJA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE
OS EDUCANDOS NO ANEXO
1 – PERFIL DOS DISCENTES.

O curso de *Educação popular em saúde ambiental em comunidades: pedagogia das águas em movimento* se fundamenta nos princípios da **Educação popular em saúde**, bem como no processo de territorialização (espaço geográfico, espaço de poder e disputas) e na **Saúde ambiental** (educação em saúde, agroecologia, preservação e saneamento ambiental). Sua organização tem como referencial três dimensões igualmente importantes: (a) a luta por direitos das populações atingidas por barragens; (b) o território, o trabalho e a tecnologia: disputas em torno da água e da energia; e (c) preservação ambiental, soberania alimentar, saúde e saneamento rural.

Ao longo das aulas e do *curso das águas em movimento*, buscou-se analisar a complexidade das relações sociais da atualidade, bem como a formação político-econômica, em particular, desta região. Tal horizonte se estendeu, permitindo ao final do curso uma percepção mais ampla da questão hídrica, especialmente no leste metropolitano fluminense (LMF). Dessa forma, aos educandos foi possível reconhecer alguns dos principais conflitos presentes nos vales dos rios Guapiacu e Macacu, resultantes de disputas travadas fora do próprio território, mas que repercutem negativamente no cotidiano da população local, bem como no LMF.

Princípios da Educação Popular em Saúde
Diálogo, amorosidade, construção compartilhada
do conhecimento, problematização, emancipação
e construção do projeto democrático popular
(Brasil, 2013).

Vale destacar que esse curso está em consonância e contribui para a efetivação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Brasil, 2013a), da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (Brasil, 2013b) e com o Programa Saneamento Brasil Rural (Brasil, 2019). Contribuições estas que fortalecem a educação e a saúde do campo e o próprio Sistema Único de Saúde.

As atividades do curso ocorreram em espaços diversificados. Algumas se desenvolveram nas instalações do Colégio Estadual São José, como aulas expositivas, míticas, rodas de conversas, encenações teatrais, muralismo... Outras, de acordo com a programação do curso, em diferentes espaços: visita de campo no território, atividades de trabalho de grupo em escolas parceiras, entre outras (Foto 2).

Foto 2 – Roda de conversa no Colégio Estadual São José



Os FASCÍCULOS

De acordo com o caminho metodológico percorrido no curso, segue suas ementas:

FASCÍCULO 1 – TERRITÓRIO, CAMINHOS DAS ÁGUAS E DA SAÚDE AMBIENTAL

Apresenta a questão hídrica no território elaborando uma análise multiescalar/multidimensional das águas, das águas de produção agrícola e criação de animais, das águas comunitárias, das águas de emergência, das águas da natureza e das águas de chuvas. Além disso, abrange o debate acerca das águas poluídas, contaminadas, privatizadas, turbulentas e represadas. Apresenta tecnologias sociais domiciliares capazes de promover o tratamento de água para beber, assim como o manejo de esgoto sanitário e de resíduos sólidos, estabelecendo relação direta com questões da saúde, da saúde ambiental e seus determinantes sociais. Oficina de filtro domiciliar de água.

FASCÍCULO 2 – DISPUTAS SOCIOAMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS E OS INTERESSES QUE CERCAM NOSSO TERRITÓRIO

Trata de apresentar os vales dos rios Guapiaçu e Macacu e analisa alguns dos principais conflitos socioambientais da atualidade existentes nesse território, em especial as disputas em torno da apropriação da água, discutindo formas organizativas que as populações atingidas têm construído ao longo da história para superar as violações de direitos.

FASCÍCULO 3 – ACESSO E ACESSIBILIDADE À ÁGUA NO LESTE METROPOLITANO

Discute acesso e acessibilidade à água, explorando a diferença entre os dois conceitos; problematiza o quanto a população do campo e da cidade vivencia a falta de saneamento. Evidencia que a crise hídrica decorre da necessidade de uma política de Estado voltada à manutenção do fornecimento de água potável, que há tempos preocupa a população do leste metropolitano fluminense, acentuando a desigualdade social nessa região.

FASCÍCULO 4 – RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: ELEMENTOS PARA SEGURANÇA HÍDRICA NO LESTE METROPOLITANO

Aponta algumas contradições socioambientais e os conflitos pelo acesso à água e ao território na bacia hidrográfica do Guapi-Macacu a partir do diagnóstico da dinâmica hidrológica atual, da análise dos impactos do projeto de construção da Barragem do Guapiaçu e do levantamento dos usos atuais da água. Apresenta alternativas efetivas para produção de água e segurança hídrica para o leste metropolitano.

FASCÍCULO 5 – AGROECOLOGIA E AGROECOTURISMO

Aborda aspectos da produção de alimentos e como esta resulta da posse e uso da terra, bem como o uso de tecnologias, que são capazes de preservar ou degradar o meio ambiente e a saúde da população. Como resposta às contradições produzidas por meios convencionais de produção, agroecologia e o agroecoturismo representam arranjos socioeconômicos capazes de reintegrar a sociedade num ambiente saudável.

1. DAS NASCENTES

“Os rios que eu encontro vão seguindo comigo...”
(Fragmento 1, João Cabral de Melo Neto)

1.1 DO CHÃO QUE NASCEM ESSAS ÁGUAS...

O curso propôs uma maneira singular de educar. Neste caso, educar para fortalecer a participação popular e as práticas coletivas de formação que visem à promoção de territórios sustentáveis e saudáveis em comunidades, onde as lutas por direitos sejam capazes de mobilizar seu povo e garantir a melhoria de suas condições de vida.

Cachoeiras de Macacu, um município com pouco mais de 56 mil habitantes, está situado a leste da Baía de Guanabara e compõe a sub-região denominada leste metropolitano do Rio de Janeiro. Sua principal atividade econômica é a produção de alimentos (frutas, raízes, tubérculos, legumes e hortícolas em geral), que representam grande importância no suprimento da Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa) da capital.

Por ser detentor de uma rica bacia hidrográfica composta pelos rios Guapiaçu e Macacu, suas águas respondem por grande parte do fornecimento para a população de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Ilha de Paquetá, sendo esta pertencente ao município do Rio de Janeiro. Portanto, o território de Cachoeiras de Macacu é fonte de dois produtos essenciais para a vida – alimento e água. Apesar disso, muitas vezes não é tratado com a importância que representa. Esse polo de produção de alimentos começou a ser construído ainda no período colonial, para atender à Corte instalada no Rio de Janeiro com cultivos agrícolas, carnes, lenha, e outros gêneros.

Nesse período, o leito do rio Macacu era o principal eixo viário de acesso e transporte de mercadorias. Já na segunda metade do século XIX, as mazelas sanitárias como a “febre do Macacu”, a migração da cultura do café para o Vale do Rio Paraíba e a instalação da estrada de ferro de Cantagalo reconfiguraram o arranjo social local, vivenciando forte decadência econômica (Brito, 2018).

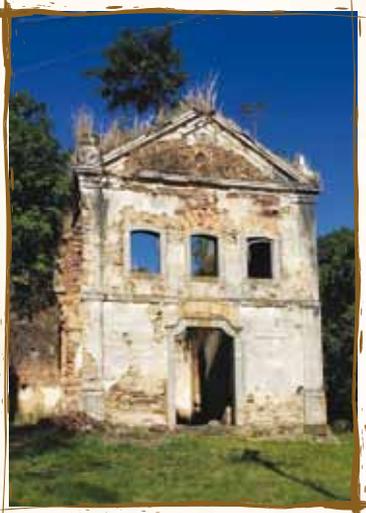
O século XX começa com essa região sendo habitada principalmente por ex-escravos e seus descendentes, que trabalhavam nessas terras na condição de arrendatários ou em outras formas de exploração. Durante os governos do presidente Getúlio Vargas, nos anos 1950, foram instalados “núcleos verdes”¹, ou seja, núcleos de colonização agrícola. A implantação desses núcleos no município promoveu sérios conflitos e transformações em sua estrutura social (aumentou a população, a empregabilidade), na economia e na paisagem (os rios Guapiaçu e Macacu foram retificados e tiveram seu curso alterado para que as áreas de várzea ficassem adaptadas e propícias para o cultivo agrícola).

Cabe destacar que os núcleos de colonização criados durante o segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954) não eram suficientes para a demanda que se tinha por terra, seja dos camponeses já residentes nessa região, seja de camponeses vindos de outras partes do estado. Essa situação provocou vários conflitos por terra, sendo um dos mais simbólicos na fazenda São José da Boa Morte, localizada no encontro dos rios Macacu e Guapiaçu, que foi ocupada por trabalhadores rurais ainda no período de implantação dos núcleos de colonização.

1.1.1 AS HISTÓRIAS QUE NINGUÉM CONTA!

Em um dos veios deste rio, a luta para conquistar e garantir o direito à terra: São José da Boa Morte (Foto 3).

Foto 3 – Ruína da igreja São José da Boa Morte. Vestígios da torre lateral à esquerda da igreja, com o antigo cemitério, aos fundos.



Originalmente erguida a pau a pique no início do século XVII (por volta de 1612) a capela foi demolida e ampliada em tijolos maciços a partir de 1834. De acordo com alguns registros da primeira metade do século XIX, durante períodos de epidemias de malária e “febre do Macacu” a população da região buscava suas instalações que foram utilizadas para a acomodação de enfermos, principalmente os assistidos pela Irmandade de São José da Boa Morte. Aqueles que por lá pereceram foram enterrados ao fundo da igreja, em terra ‘santa’! Suas ruínas tornaram-se um marco histórico no município de Cachoeiras de Macacu. Localizada em terras da fazenda de mesmo nome, foi cenário de resistência e refúgio de camponeses locais e é, atualmente, um assentamento agrícola.

¹ Cinturões de produção agrícola para abastecimento das áreas urbanas pertencentes à região metropolitana do Rio de Janeiro.

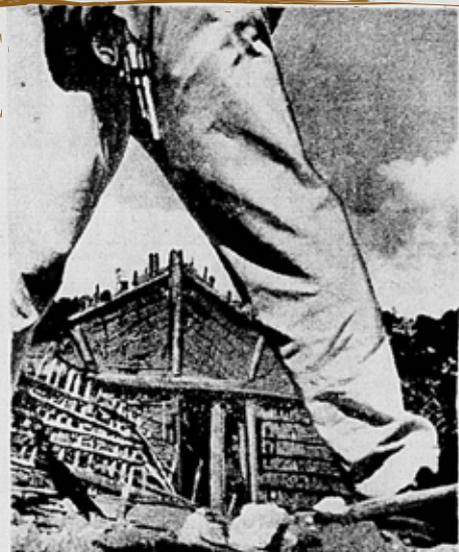
Ilustração 1 – Município de Cachoeiras de Macacu



Fonte: Base para Ilustração 1, Brito, 2018, p. 64

A Ilustração 1 representa diferentes elementos (localidades, estradas, rios etc.) que compõem o território estudado.

Foto 4 – Luta pela terra 1



VIOLENCIA — Três dezenas de casebres já foram incendiadas pelos grileiros, em Boa Morte. As famílias atingidas pelas atrocidades vão apresentar queixa-crime contra os falsos donos de terras na próxima quarta-feira.

Legenda: “Com a prática de novas violências contra os posseiros, aumentou a tensão na Fazenda Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu. Foi criada a ‘força de resistência camponesa’, que tem como finalidade manter a terra litigiosa sob severa vigilância, onde mais de três dezenas de casebres já foram incendiados pelos falsos donos de terra”. Reportagem da série “A Revolta dos Jeca-tatus”. Jornal Última Hora, 15 jan.1962. (Foto 4)

Fonte: Última Hora, 15 jan.1962 (Hills, 1962, p. 1)

Carta de uma educanda

Eu desejo fazer o curso, porque o principal meio de renda da população da localidade onde eu moro é por meio da agricultura, ou seja, o plantio de milho, inhame,aipim etc. Por conta disso, acredito que todo conhecimento que irei adquirir com o curso será de grande utilidade, porque o manejo correto do solo é indispensável para a continuidade do meio de trabalho dos moradores da minha região.

A década de 1950 ficou mesmo marcada pela continuidade de um intenso período de agitação referente à questão agrária e à organização camponesa, com a formação de algumas **agremiações**, entre elas a Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, que dividia sede com o Sindicato dos Ferroviários. Ambos participavam ativamente das lutas sociais da época.

Agremiação

Ato ou efeito de agremiar-se; associação, agrupamento. Sociedade ('grupo de pessoas').

Em 1959, foi constituída a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), que possibilitou maior organização dos camponeses de Macacu a nível estadual. Na reportagem do jornal *Última Hora* de 29 set.1959, há o relato de um acontecimento importante para a região:

“Em Papucaia, Cachoeiras de Macacu, reuniram-se mais de 1500 lavradores, pequenos proprietários, assalariados, meeiros etc., elegendo-se uma comissão encarregada da organização, inclusive elaboração de Estatuto da Associação local” (Brito, 2018).

Em 31 de outubro do mesmo ano, encontra-se outro registro em uma reportagem sobre a presença de intensa mobilização na região, visto que apenas um mês depois foi formada a *Associação de lavradores da Ribeira*, numa localidade próxima à fazenda São José da Boa Morte (SJBm) e integrada ao Núcleo Colonial de Papucaia, a associação de lavradores em Cachoeiras de Macacu.

A associação de lavradores de Cachoeiras teve forte influência no enfrentamento das questões locais. Em fins de 1960, formou-se uma comissão de dezesseis lavradores de São José, que se dirigiu à sucursal do jornal *Diário Carioca* a fim de relatar os despejos, destruição de casas e de plantações. Tal atitude, possibilitou tornar públicos confrontos por terra que ocorriam no interior do estado, transformando uma questão local, que seria resolvida de forma particular através de jagunços e até da polícia, em uma questão social e pública. Ao longo das décadas de 1950-1970, há inúmeras reportagens que registram diferentes momentos de embates entre lavradores e grileiros (Foto 5).

Foto 5 – Luta pela terra 2



Fonte: *Última Hora*, 11 dez. 1963 (Ribeiro; Barros, 1963, p. 12)

“Em uma reportagem do jornal Diário da Noite é observado o ‘clima de guerra’, com a expulsão de lavradores que trabalhavam como meeiros na fazenda São José ‘sob a ameaça das metralhadoras e revólveres’ e ‘um incêndio em terras da fazenda’. Ainda segundo a reportagem, a partir de entrevista com Marino Monteiro de Barros, administrador da fazenda entre as décadas de 1950 e 1970, a empresa Agrobrasil havia entrado com pedido de reintegração de posse para esvaziar a terra e loteá-la. Menos de 24 horas depois da sentença de despejo, o administrador já havia

acionado a Polícia Militar: ‘Os que resistem estão tendo suas casas destelhadas e sua produção de hortaliças e lenha impedidas de sair de São José da Boa Morte.’” (Brito, 2018, p. 78)

Outra reportagem sobre o mesmo confronto, do jornal Última Hora, entrevista os camponeses: “um dos ocupantes, chamado apenas de Pau-de-Arara, diz ao pisar com os pés na terra: ‘aqui devem estar sepultados lavradores que não se entregaram aos grileiros, pelo que foram assassinados pelos capangas. Há quatro anos, 60 famílias

Assim, São José da Boa Morte se tornou uma ocupação vitoriosa, criando um assentamento que se consolida ainda hoje. Nos anos 1980, os camponeses se mantiveram em luta para impedir a construção de uma barragem nessa região. Nos anos 2000, houve a ocupação da fazenda Serra Queimada, com o assentamento de quase 150 famílias. Esses são alguns exemplos que demonstram o quanto essa região tem sido historicamente disputada e a disposição do povo em lutar, seja por meio da instituição sindical, na formação de associações de produtores locais e cooperativas, ou mesmo na atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

1.1.2 E A LUTA CONTINUA...

Cachoeiras de Macacu, juntamente com Itaboraí, São Gonçalo, Rio Bonito, Tanguá, Maricá e Niterói fazem parte do leste metropolitano fluminense. Sub-região muito rica economicamente, onde vivem cerca de 2 milhões de pessoas, mas que enfrentam graves problemas, muitos deles sustentados numa intensa desigualdade social com raízes históricas.

O crescimento ocorrido no século XX não levou em conta a necessidade de saneamento, tão pouco a necessidade de se preservar os rios, as florestas, a baía etc. A consequência disso é que hoje a população local não possui condições dignas e seguras para viver: cidades sem infraestrutura adequada de saneamento, mobilidade, habitação, segurança e acesso à saúde e à educação. Com a maioria dos rios poluídos e degradados, a acessibilidade à água fica comprometida, pois o seu fornecimento, mesmo para as comunidades que possuem rede, é realizado de forma inadequada.

POH!... ÁGUA NUM CHEGA NAS TORNEIRAS DAS CASAS E AINDA, QUANDO CHEGA, NUM É PRÓPRIA PRA GENTE USAR!?!



Desde a década de 1980, o abastecimento da maior parte das cidades do leste metropolitano se dá por meio do sistema Imunana Laranjal, que capta e trata a água dos rios Guapiaçu e Macacu. Este sistema, embora tenha sido ampliado em 1996, não tem capacidade para abastecer toda a população dessas cidades, como aponta o relatório da Coppetec/UFRJ (2013), que indica um déficit de cerca de 2,2 mil L/s, ou seja, aproximadamente 30%.

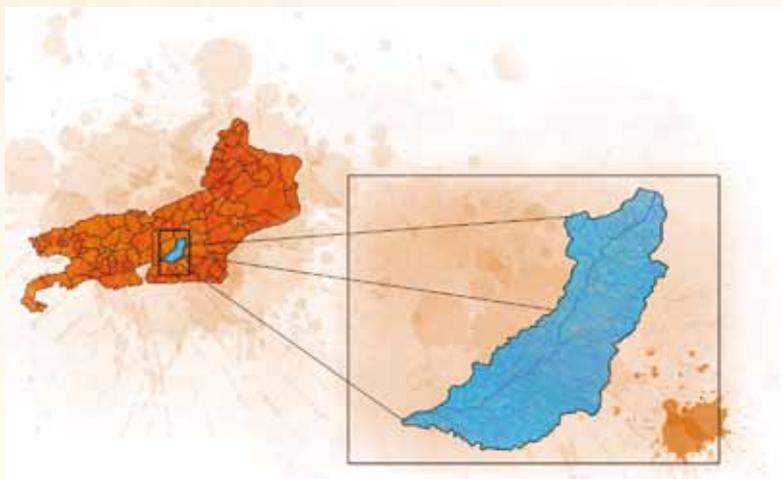
Com o início das obras do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) em 2008, foi anunciada a construção de uma barragem de acúmulo de água no rio Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu. O governo alegava que esse projeto resolveria a falta de água no leste metropolitano.

A bacia hidrográfica do rio Guapiaçu é um dos principais conjuntos de elementos hídricos da região metropolitana da capital fluminense. Está localizada totalmente dentro do município de Cachoeiras de Macacu-RJ (Mapa1) e acolhe uma população de aproximadamente 3 mil famílias. Contraditoriamente, boa parte dessa população também não possui água potável em suas casas.



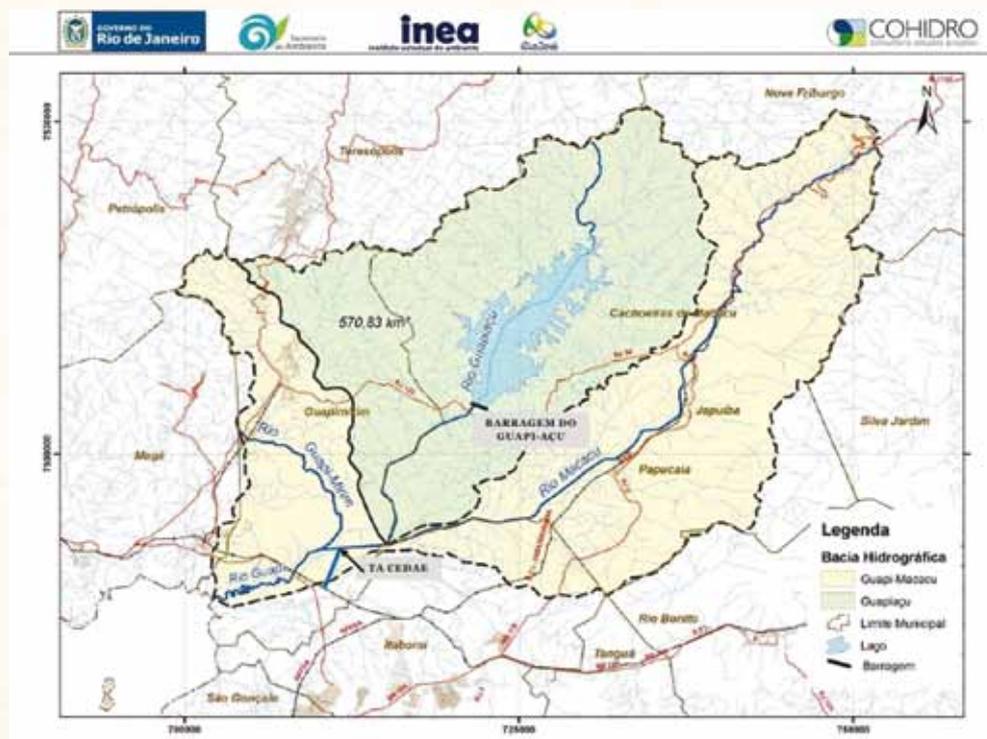
**QUÊ?!?!?
AH, DÁ PRA ACREDITAR!?!**

Ilustração 2 - Localização da bacia hidrográfica do rio Macacu no estado do Rio de Janeiro



Fonte: Base para Ilustração 2, <https://sites.google.com/site/baciariomacacu/home/informacoes-sobre-a-bacia>

Mapa 1 – Bacia hidrográfica Guapiçu-Macacu



Fonte: <https://www.oeco.org.br/reportagens/28985-barragem-guapiacu-entre-o-dialogo-e-tratoraco/>

A Ilustração 2 e o Mapa 1 se complementam. Na Ilustração 2, pode-se identificar a localização da bacia hidrográfica do rio Macacu e sua abrangência no território do estado do Rio de Janeiro. Já no Mapa 1, visualiza-se o encontro dos rios Macacu e Guapiçu, responsáveis pela formação da bacia hidrográfica Guapi-Macacu; em destaque a barragem do Guapiçu (ou Guapi-Açu), que gerou alguns projetos polêmicos.

Em um contexto de tentativa de privatização do saneamento e mesmo de privatização da própria água, a população atingida pelo projeto contesta a construção da barragem no rio Guapiaçu, por entender que a obra serviria somente aos interesses das empresas, sem garantir direitos para a população atingida e nem o direito ao acesso à água para os mais pobres do leste metropolitano.

Esse projeto de barragem não veio a cabo devido a uma grande luta travada pelos atingidos. Entretanto, trouxe à tona uma triste realidade dessa região, a de que a crise hídrica no leste metropolitano se dá, não somente pela falta de água em si, mas sobretudo pela desigualdade social.

UM TERRITÓRIO DESIGUAL

Os 70 quilômetros que separam as cidades do leste metropolitano não representam a distância que essas possuem entre si quando comparados aspectos socioeconômicos.

Tabela 1: Distribuição do abastecimento de água do Sistema Imunana-Laranjal - RJ

Cidades pertencentes ao leste metropolitano	População (hab.) ²	Densidade Demográfica (hab./km ²)	Índice de Desenvolvimento Humano (posição)	Acesso à rede geral de água (%) ³	População sem acesso à rede de água (hab.)
Niterói	499.000	3.723,9	6 °	100,0	-
Maricá	153.000	422,7	214°	23,01	117.800
São Gonçalo	1.050.000	4.228,8	839°	61,37	405.700
Rio Bonito	55.551	120,9	1.595°	62,51	20.800
Cachoeiras de Macacu	57.000	59,7	1.975°	75,17	14.150
Itaboraí	232.300	539,6	2.188°	32,85	156.000
Tanguá	30.732	214,9	3.030°	16,18	25.800
Total	1.997.766	-	-	-	740.250

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Agência Nacional de Águas (ANA), 2021; IBGE, 2010 e Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

²Atlas dos Esgotos da Agência Nacional de Águas (<http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/snirh-1/atlas-esgotos>)

³Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 33.

A Tabela 1 apresenta dados/indicadores comparativos sobre a distribuição do abastecimento de água entre alguns municípios do leste metropolitano do Sistema Imunana-Laranjal, formado pelos rios Macacu e Guapiaçu.

Dentre esses, o de **densidade demográfica**, evidencia disparidade na ocupação populacional entre os territórios de São Gonçalo, Cachoeiras de Macacu e Tanguá, sendo o primeiro município aproximadamente 7.000% mais denso do que os dois últimos.

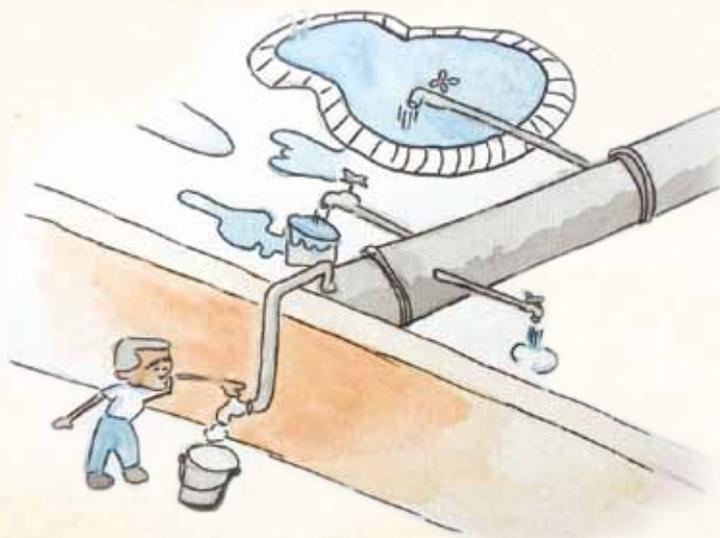
Ao mesmo tempo, o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** demonstra o abismo social entre as cidades de Itaboraí (2.188º) e Niterói (6º) do ranking nacional.

Esses dois indicadores ajudam a pensar os motivos pelos quais mais de 700 mil habitantes da região não possuem acesso à rede de água potável. Por mais que os dados fornecidos não sejam suficientes para expressar a totalidade de condições (habitação, saúde, saneamento, educação...) na qual vive a população do leste metropolitano fluminense, estes demonstram que se trata de um território estruturalmente desigual, o que explica por que quase 1/3 de sua população não tem acesso à rede de água (Figura 1).

Densidade Demográfica ou Densidade Populacional indicador que possibilita a avaliação da distribuição da população num determinado território, ou seja, habitantes por quilômetros quadrado (hab/km²).

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) emprega três níveis para cálculo: expectativa de vida + educação + renda da população.

Figura 1 – Acesso à rede de água potável



Em um contexto de negação de direitos, os atingidos e atingidas de Cachoeiras de Macacu sofrem todos os dias, além da falta de água e saneamento, com a ausência dos serviços de saúde pública, a falta de acesso a uma educação de qualidade (nas comunidades mais afastadas do centro, a juventude que resiste estudando chega a passar 4 horas por dia no transporte escolar). Além disso, os jovens também não têm acesso a espaços de lazer, cursos profissionalizantes ou mesmo um programa que os incentive a ingressar na universidade. Tudo isto contribui para que a maioria deles deixe de estudar antes de alcançar o Ensino Médio para ingressar no trabalho informal, que muitas vezes se dá de forma bastante precária.

Essa tem sido a realidade não só da população das comunidades de Cachoeiras de Macacu, mas de toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, pois, além da desigualdade social, o modelo que gera toda essa negação de direitos para o povo é o mesmo.

Figura 2 – Luta por direitos



Por isso, faz-se necessária a construção de um projeto que vise incluir o povo nas políticas públicas, de maneira a que todos e todas possam construir um presente digno para as comunidades do leste metropolitano (Figura 2).

Carta de uma educanda

Eu moro em Japuiba, que é o segundo distrito de Cachoeiras de Macacu. Onde moro não tem saneamento básico, a rede de esgoto cai diretamente no rio Macacu, o que me preocupa bastante. Por isso, quero aprender sobre o meio ambiente e poder me tornar um agente ambiental.

1.2 A EPSJV

Em outro veio da nascente, coletivos unidos para garantir o direito à terra, à água, à saúde, ao saneamento ... à VIDA!

“O Politécnico é fruto da criatividade, do jogo do prazer, da loucura. Uma loucura sábia”

Sérgio Arouca ⁴

A ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (EPJV/FIOCRUZ)

Foto 6 – Castelo Mourisco - Fiocruz



Peter Illiciev

Águas escuras dos rios
Que levam
A fertilidade ao sertão
Águas que banham aldeias
E matam a sede da população (...)
(Fragmento 1 Planeta Água –
Guilherme Arantes)

⁴ Antônio Sérgio da Silva Arouca (1941-2003), médico e sanitarista, foi professor da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp); presidiu a Fiocruz de 1985 a 1988, sendo responsável pela reintegração dos dez cientistas cassados durante o período sombrio da ditadura militar (1964-1985).

Como as águas dos rios que banham e fertilizam o sertão, a concepção desse curso se fundamentou em uma proposta voltada para a formação emancipatória da população. Assim como o caminho das águas, que em seu percurso inundam margens, fecundam vales, “**banham aldeias e matam a sede da população**”, as experiências vividas e compartilhadas nesse processo fecundo levaram à formação de trinta jovens como *agentes populares em saúde ambiental*, além de contribuir para formar outras pessoas que puderam se banhar nessas águas. Sua condução resultou da parceria entre o Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsa) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade referência na formação de trabalhadores técnico de nível médio em saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (Foto 6), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os docentes convidados e educandos e educandas.

A EPSJV (Foto 7) tem como fundamento o trabalho como princípio educativo, em uma formação multilateral, integral e autônoma – a Politecnia. Prepara profissionais aptos a relacionar técnica, arte e ciência, por meio da integração entre escola e sociedade, objetiva uma atuação recíproca para superação do “estranhamento entre as práticas educativas e as demais práticas sociais”, entre outras. (Rodrigues, 2008). A relação entre educação politécnica e trabalho tem como base a instrução daqueles sujeitos que não reproduzam somente a atividade técnica e manual, atuando unicamente em ações fragmentadas, mas que possam desenvolver e compreender todo o processo de produção e do conhecimento mediante uma formação integral.

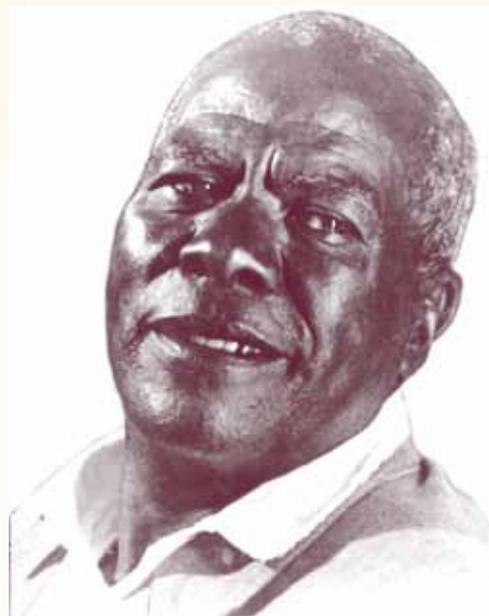
Foto 7 – Prédio da EPSJV



Foto 8 – Joaquim Venâncio Fernandes

Joaquim Venâncio Fernandes (1895-1955)

Profissional de nível médio, tornou-se técnico que, por anos a fio, trabalhou ao lado do Dr. Adolpho Lutz, no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), onde aprendeu, sob sua orientação, os meandros do trabalho científico. A homenagem feita a esse técnico se deve a um modelo de formação que pretendia diferenciar-se do mero domínio de procedimentos técnicos, a **politecnia** (Foto 8).



O trabalho e o território educam. Foi nessa perspectiva multilateral, de acordo com as noções da educação politécnica, que se fundamentou a construção do currículo do curso de *Educação popular em saúde ambiental em comunidades: Pedagogia das águas em movimento*. Para tanto, buscou-se uma proposta que oferecesse um aprendizado integral dos educandos, dialogando com a arte, a ciência, a técnica, a cultura e a experiência de vida segundo os princípios da educação popular em saúde.

Politecnia - Para além da ideia inicial que o termo sugere, de muitas técnicas, é um conceito referente ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno, que correlaciona à educação a ação de superação da divisão social do trabalho, subdividido entre trabalho manual e intelectual (Ciavatta, 2014; Saviani, 2003), ou seja, o trabalho como princípio educativo.

POLITECNIA!!
QUAL O SENTIDO
MESMO???



Desde a sua criação em 1985, a Escola tem o compromisso de desenvolver e formular propostas de construção de políticas públicas voltadas para a saúde, e tem contribuído para o fortalecimento de políticas públicas de saneamento ambiental como direito humano, no âmbito da justiça ambiental, visando à promoção da saúde para as populações ribeirinhas, da cidade, do campo e da floresta. Nesse contexto, o Lavsa atua na promoção da educação dos técnicos da área da Vigilância em Saúde, coordena atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica. Realiza processos formativos em educação popular em saúde ambiental e vigilância em saúde, como as experiências dos cursos de Qualificação Profissional em Vigilância em Saúde Ambiental para Bacias Hidrográficas (2004), Especialização Técnica em Saúde Ambiental para a População do Campo (2008-2009), Técnico de Meio Ambiente voltado para as Populações do Campo (2011), entre outros (Foto 9).

Foto 9 – Equipe da EPSJU



Lavsa

Seu objetivo é contribuir para a formulação de políticas de educação profissional, propostas curriculares e tecnologias em educação para atender às necessidades dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), lideranças e moradores de comunidades organizados em movimentos sociais.

1.3 O MAB



Água e energia não são mercadorias!

Água e energia são para soberania!

MAB - Nacional

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM – MAB

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é uma organização de caráter popular, sem distinção de credo, sexo ou raça e está presente em 19 estados do Brasil.

O MAB foi criado no início dos anos 1990 pelo povo atingido, como resposta ao longo período de violências e violações que passam essas populações desde os anos 1970, quando a ditadura militar intensificou a construção de barragens no Brasil.

SUAS PRINCIPAIS BANDEIRAS:

- lutar pelos direitos dos atingidos por barragens
- propor a formulação de uma política de água e energia que atenda aos interesses do povo e não ao lucro de empresas privadas.

Membro da Via Campesina, da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia, e do Movimento de los Afectados por Represas (MAR), entre outros.

Ao longo do tempo, alguns elementos da natureza têm sido cada vez mais utilizados como um recurso a ser explorado com o propósito de gerar lucros: água e energia passam por disputas que podem destruir comunidades e o direito à vida. Os casos de Mariana e Brumadinho exemplificam essa situação. Ao longo de suas lutas, os atingidos perceberam que conquistas pelos direitos só se concretizam com a participação e a mobilização social, de forma coletiva e organizada.

O MAB acredita e defende que só o povo consciente, organizado e em luta é capaz de construir uma condição na qual o respeito aos direitos possa ser alcançado de forma plena para o conjunto de toda a sociedade.

Atualmente, o MAB está organizado em 19 estados do Brasil (RS, SC, PR, SP, MT, MG, BA, PE, PB, CE, PI, GO, TO, MA, PA, RJ, ES, AP e RO) e segue empunhando bandeiras contra injustiças, pelos direitos dos atingidos por barragens, por um modelo energético popular que leve em conta as necessidades do povo, e por um projeto popular para o Brasil.

“SABEMOS QUE A RESISTÊNCIA É NÃO SÓ RECUSA, MAS TAMBÉM LUTA POR AFIRMAR DETERMINADOS SENTIDOS PARA A EXISTÊNCIA E, ASSIM, R-EXISTÊNCIA”

NA BEIRA DO RIO

Eu vi uma mulher e uma criança na beira do rio

A criança brincava, enquanto a mãe lavava a roupa

Mas chegaram alguns homens com roupas diferentes

Diferentes daquelas que a mulher lavava

E com algo diferente daquilo que a criança brincava

Cercaram o rio e ele encheu

E hoje a mulher não pode mais lavar a roupa ali

A criança não pode mais brincar na beira do rio

Pois o rio não é mais deles

Foto 10 – Ato contra barragem do rio Guapiáçu



As roupas já não são mais molhadas com
água e sim com lágrimas

Na mão da criança já não mais o
brinquedo

Na boca, não mais o canto

Nos olhos, não mais o brilho

Mudaram os cantos

Mudaram as palavras

Agora são cantos de justiça

Palavras de ordem

Nas mãos, há ferramentas prontas pra
serem usadas

E a bandeira que se choca contra o vento

E até mesmo o vento grita

E às vezes o vento quer fazer justiça por
si mesmo

Pois arranca as bandeiras

E as leva contra os malfeitores

A chuva chora e enche ainda mais o lago
da morte

Na intenção de que ele estoure

E de que suas águas voltem a ser vivas

E deem alegria às mulheres e crianças

Que agora já não são mais duas, mas
milhares e milhares que

Juntaram suas vozes e gritam aos sete
ventos que

“Água e energia não são mercadoria!”

(Foto 10) (Martins, 2012)

Para o MAB, o curso Pedagogias das
águas em movimento é um momento
de grande importância, no qual a
juventude local tem a oportunidade
de se encontrar para refletir sobre
seu território e o envolvimento nas
lutas a partir do objetivo geral do
curso, que é fortalecer a participação
popular e as práticas coletivas de
formação que visem à promoção de
territórios saudáveis e sustentáveis
para a ampliação da luta pelo direito
à saúde e água.

(Foto 11)

Foto 11 – Aula do curso



1.4. A PARCERIA – MAB LAVSA/EPSJV

(...) Águas que movem moinhos
São as mesmas águas
Que encharcam o chão
E sempre voltam humildes
Pro fundo da terra

(Fragmento 2 Planeta Água – Guilherme Arantes)

Foto 12 – Rio Macacu



Como a força das águas do Rio Macacu (Foto 12) e **das águas que movem moinhos**, a luta por direitos negados a populações marginalizadas aproximou e consolidou a parceria entre o MAB e o Lavsa/EPSJV/Fiocruz.

Essa parceria se dá primeiramente em relação à concepção: as instituições têm em comum o objetivo de promover a luta pelos direitos que são negados às populações marginalizadas. Tanto o MAB quanto a EPSJV acreditam que a educação popular é o caminho para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Os territórios atingidos por barragens, seja antes, durante ou depois da construção, são desprovidos de políticas públicas, e com uma população que em sua maioria é muito carente. É nesse contexto de luta por direitos que os atingidos por barragens convidam a EPSJV/Fiocruz a se somar em suas lutas e levar para esses territórios um pouco mais do conhecimento acerca dos direitos que lhes são negados.

A EPSJV se colocou junto aos atingidos na luta por direitos desde 2015, em função do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG), quando trabalhadores e trabalhadoras da Escola foram importantes aliados dos atingidos, realizando pesquisas que estudavam desde o acesso à água para as populações afetadas até questões de recuperação da bacia do Rio Doce.

Desde 2018, a EPSJV desenvolve com o MAB uma série de ações com a população do município de Cachoeiras de Macacu (RJ), com o objetivo de formar trabalhadores, trabalhadoras e estudantes e levantar informações que expressem quais direitos estão sendo negados a essa população e como isso lhes tem prejudicado a saúde. Desde então, são realizados cursos destinados a mulheres profissionais da saúde e a jovens trabalhadores e estudantes do município (como a experiência relatada neste material). Esta parceria tem sido muito importante para ambas as organizações, que ao longo do processo vêm se fortalecendo e acumulando mais conhecimento a respeito das dificuldades enfrentadas pelo povo atingido.

“Para que a saúde possa ser um direito garantido pelo Estado é fundamental que se faça uma mudança nesse Estado!”

Sérgio Arouca

1.5. SOBRE O POVO

Noutro veio do rio, o trabalho diário é feito, refeito, pelo povo, na luta em defesa de seus direitos!

“(...) Rios todos com nome e que abraço como a amigos. (...)”

(Fragmento 3, João Cabral de Melo Neto)

O percurso dessas águas – por vezes, calmas, em outras, caudalosas e com quedas – teve que ser feito por muita gente. Entre eles: poetas, estudantes, músicos, grafiteiros, rappers, militantes, cordelistas, professores, cozinheiras, motoristas, crianças, educadores infantis, camponeses. Todos doando o que tinham de melhor.

Na sua trajetória, essas águas formaram alguns coletivos de jovens, de trabalhadores, de jovens trabalhadores: curiosos, por vezes perguntavam para onde aquelas águas os levariam; alguns espiavam, desconfiados que só... e até respondiam (para disfarçar o assombro, mas sempre ávidos por conhecer e descobrir): para

além das cabeceiras, margens ou quedas. Com o tempo, mais tranquilos, combinaram formar uma turma que, com outros grupos, discutiria como alimentar os mananciais. Assim surgiu a turma *Mirian Lambardozi*. (Fotos 13 e 15)

Foto 13 - Turma Mirian Lambardozi 1



Foto14 – Professora Mirian Lambardozi



Sobre a professora Miriam Lambardozi

Mirian foi professora da Escola Municipal Funchal e da Escola Estadual Municipalizada Colônia Agrícola Knust onde também foi diretora. Sempre alegre, lutava pela educação no município, empenhava-se em ajudar seus alunos, lutava pela educação pública e de qualidade e esteve presente na luta contra a barragem do Guapiaçu. No bairro de Japuíba,

no município de Cachoeiras de Macacu, onde morava, uma creche recebeu seu nome: Centro de Educação Infantil Municipal Mirian Lambardozi da Silva Belmont. Lambardozi estava a caminho da escola em que trabalhava, quando faleceu, em outubro de 2015 (Foto 14).



SEM LUTA
NÃO HÁ CONQUISTA!
MIRIAN!!

“(...) Uns com nome de gente,
outros com nome de bicho,
uns com nome de santo,
muitos só com apelido.”
(Fragmento 3, João Cabral de Melo Neto)

Foto 15 – Turma Mirian Lambardozi 2



“(...) Mas todos como a gente
que por aqui tenho visto:
a gente cuja vida
se interrompe quando
os rios.”
(Fragmento 4, João Cabral de Melo Neto)

2. DO PER-CURSO DO RIO

A **Pedagogia** das Águas em Movimento consistiu em uma proposta metodológica a ser aplicada a partir do estudo da realidade.

O termo pedagogia não perdeu sua origem primeira, mesmo assumindo distintos significados ao longo do tempo: a prática ou profissão de educar. Se tomarmos seu sentido primeiro e o emprestarmos à expressão ‘pedagogia das águas’, é possível refletir sobre o quanto as águas em suas diversas configurações contribuem para ações de mobilização e participação social.

As águas, fonte de vida para as populações, seja do campo ou da cidade, podem transformar a maneira como as sociedades se organizam e determinar como constroem seus relacionamentos e a forma de estabelecer seus modos de vida a partir de suas experiências concretas. O binômio água-terra é determinante para a produção e reprodução da vida, temas geradores para uma educação territorializada e emancipatória.

Portanto, o Curso propõe uma maneira singular de educar. Assim, a educação popular se torna uma das aliadas nesse processo em que educar possibilita o fortalecimento da participação popular e das práticas coletivas de formação que visem à promoção de territórios saudáveis e sustentáveis em comunidades, onde as lutas por direitos sejam capazes de mobilizar seu povo e garantir a melhoria de suas condições de vida.

Na Educação Popular, acredita-se que todos e todas são capazes de aprender e de educar sobre a realidade e, daí, propor e construir as mudanças necessárias. Segundo Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2005, p. 66). Assim também, a educação popular em saúde incorpora-se a esse processo de ensino, assumindo um lugar de questionamento e de proposição de práticas educativas capazes de fortalecer a população para se organizar e lutar pelo direito à saúde, o que significa lutar pelo direito à educação, à moradia, ao lazer, à alimentação, ao transporte, à cultura, ao saneamento e a tantas outras coisas fundamentais para se construir territórios e sujeitos saudáveis.

PEDAGOGIA

Substantivo feminino
Ciência cujo
objeto de análise
é a educação, seus
métodos e princípios;
reunião das teorias
sobre educação e
sobre o ensino.

Para tanto, é vital entender que, ao se estabelecer a relação entre educação popular e educação popular em saúde, tem-se por fundamento a própria concepção ampliada de saúde. Esta concepção supera a mera visão de que a saúde seja “ausência de doença”, uma conquista resultante de avanços sociopolíticos e ideológicos desde meados do século XX (período compreendido de 1901 a 2000) em diversas sociedades do mundo.

No Brasil, o processo de mobilização que viabilizou a formalização de debates acerca dessa concepção ocorreu na VIII Conferência Nacional de Saúde (VIII CNS)⁵, em março de 1986, em Brasília. Envolvendo a participação de representantes da sociedade civil, a Conferência tinha como objetivo propor critérios para a reformulação do Sistema Nacional de Saúde na Assembleia Nacional Constituinte⁶. Contavam-se, entre suas diretrizes, **a saúde como direito inerente à cidadania; os princípios de universalização, participação e descentralização; e o financiamento do setor saúde.**

As discussões ocorridas no âmbito da VIII CNS resultaram na elaboração de um projeto de Reforma Sanitária que defendia a criação de um sistema único de saúde. Firmava-se, assim, de maneira inédita na história das constituições nacionais, **a saúde como direito do cidadão e um dever do Estado**; a partir da Constituição democrática de 1988 foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS).

Portanto, esse conceito ampliado de saúde presente na educação popular em saúde fundamenta a *Pedagogia das águas em movimento* enquanto uma proposta pedagógica. Especialmente porque, no ato de educar, procura investir para que trabalhadores e trabalhadoras alcancem e sustentem coletivamente a autonomia e busquem, com base na troca de saberes e de luta, ampliar sua qualidade de vida.

O próprio processo de formação nos movimentos populares visa instrumentalizar as pessoas a analisarem a realidade segundo suas experiências, para assim, de forma organizada, ampliar a capacidade de intervenção nos territórios. A educação popular em saúde se preocupa com a formação de sujeitos políticos envolvidos na

⁵ Representam um importante momento de avaliação da situação da saúde no país e de formulação de diretrizes para as políticas públicas no setor, reunindo cidadãos pela defesa da garantia de direitos, em atenção às necessidades da população.

⁶ Com o objetivo de elaboração de uma Constituição democrática para o Brasil, após 21 anos sob regime militar, o Congresso Nacional (Brasil, 1987), acolheu os representantes eleitos pelo povo em 1986 (deputados federais e senadores) numa Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

luta pela educação e pela saúde coletiva, o que implica na melhoria das condições de vida e situação de saúde nos territórios, com o questionamento profundo das desigualdades e injustiças sociais, econômicas e simbólicas. Assim, o curso de formação de *agentes populares em saúde ambiental* bebe nessas duas vertentes de formação de trabalhadores e estudantes, aperfeiçoando nas dimensões políticas, teórico-metodológicas, organizativas e pedagógicas, visando à emancipação social. Nesse sentido, alguns princípios se fazem lastro de todo o processo.

Para começar, destaca-se o caráter **popular**, buscando a participação e a mobilização social. O curso foi pensado para que os envolvidos, sejam educandos, sejam professores, pudessem contribuir ativamente na realização do conjunto de ações para uma formação emancipatória.

FEITO PELO E PARA O POVO!!



Um segundo aspecto do caráter popular da formação é o reconhecimento da **saúde ambiental do campo e sua determinação social**.

Esse aspecto pressupõe ter como base material de estudo o território em que os educandos vivem, reconhecendo sua história de luta, sua constituição como força política e os interesses externos que incidem sobre a região.

Como dito no item **Das nascentes**, o território delimitado foi o leste metropolitano, mais precisamente as bacias dos rios Guapiáçu e Macacu e os municípios que são abastecidos por suas águas. Cada encontro buscou problematizar aspectos da realidade desse território, desde a interpretação do mundo aparente, bem como o estudo da formação histórica daquele território, fazendo uso de um instrumental teórico de interpretação da realidade que permitiu identificar os conflitos contemporâneos e a própria definição desse território – das nascentes das bacias até a sua foz natural – a baía da Guanabara e a sua foz social – as cidades de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e a Ilha de Paquetá (Foto 16).

Foto 16 - Visita de campo -
assentamento São José da Boa Morte



2.1 OS AFLUENTES...

O leito desse rio bebeu de afluentes, princípios, todos contribuindo na velocidade, na vazão, determinantes para caracterizar a dinâmica dessas águas... (Figura 3)

- a) **Relação entre teoria e prática (filosofia da *práxis*):** capaz de valorizar a prática e buscar o conhecimento teórico, bem como de revisitá-lo, para melhor compreender a realidade e cada vez mais ampliar possibilidades de atuação como agente de transformação da sociedade.
- b) **Estudo:** o conteúdo selecionado de forma intencional, sendo trabalhado em sua totalidade e especificidades, relacionando o presente com o passado, para projetar a intervenção na realidade. Com base nessa reflexão sobre a realidade, o estudo deve ser compreendido enquanto uma construção social que historicamente tem sido negado à maioria dos trabalhadores.
- c) **Organicidade:** espaço de organização coletiva que propicia a participação de todos e promove o exercício da democracia, quando passam a ser responsáveis pelas tomadas de decisão para o alcance dos objetivos. Para o *agente popular em saúde ambiental* é fundamental ser formado em um espaço que promova igualdade, tanto de oportunidades quanto de responsabilidades, na perspectiva da democracia construída individual e coletivamente.
- d) **Troca de experiências:** proporciona a construção de conhecimentos a partir do reconhecimento das experiências de vida entre as pessoas, contribuindo para a formação integral.
- e) **Auto-organização:** como forma de incentivar o protagonismo, a disciplina consciente, o gosto pelo estudo, o trabalho, o acesso e a troca de saberes.
- f) **Aprendizagem significativa:** processo por meio do qual o educando relaciona uma nova informação a um aspecto importante da sua estrutura de conhecimento e de sua vida; o conhecimento novo produz-se na relação com conhecimentos anteriores que o educando possui.
- g) **Politecnia:** compreende o trabalho como um condicionante humanizador e enquanto princípio educativo, havendo uma unicidade entre o trabalho manual e o intelectual.

Figura 3 – Sínteses dos princípios



2.2 ESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA DO CURSO

A formação de *agente popular em saúde ambiental* buscou estruturar um ambiente onde todos (educandos, professores, coordenação do projeto) tivessem compromissos de estudar, de ensinar e de realizar tarefas operacionais, de maneira que tempo de estudo e de organização compusessem um **TODO** na formação dos educandos.

A condução das atividades ocorreu em diferentes níveis: acompanhamento da **Coordenação político-pedagógica (CPP)** (Foto 17) composta por membros da Lavsá e MAB, passando pelas instâncias organizativas da turma, como a **CPP local** (Foto 18) organizada nos territórios, composta pelos coordenadores/as dos **grupos de discussão (GD)** (Foto 19), unidade base na qual os educandos foram agrupados.

Foto 17 - Coordenação político-pedagógica - CPP



Foto 18 - CPP local



Os **grupos de base** - Mirian Lambardozi, Sementes da Colina, Mancha Verde e Florence, identidades escolhidas para denominar os GDs da turma.

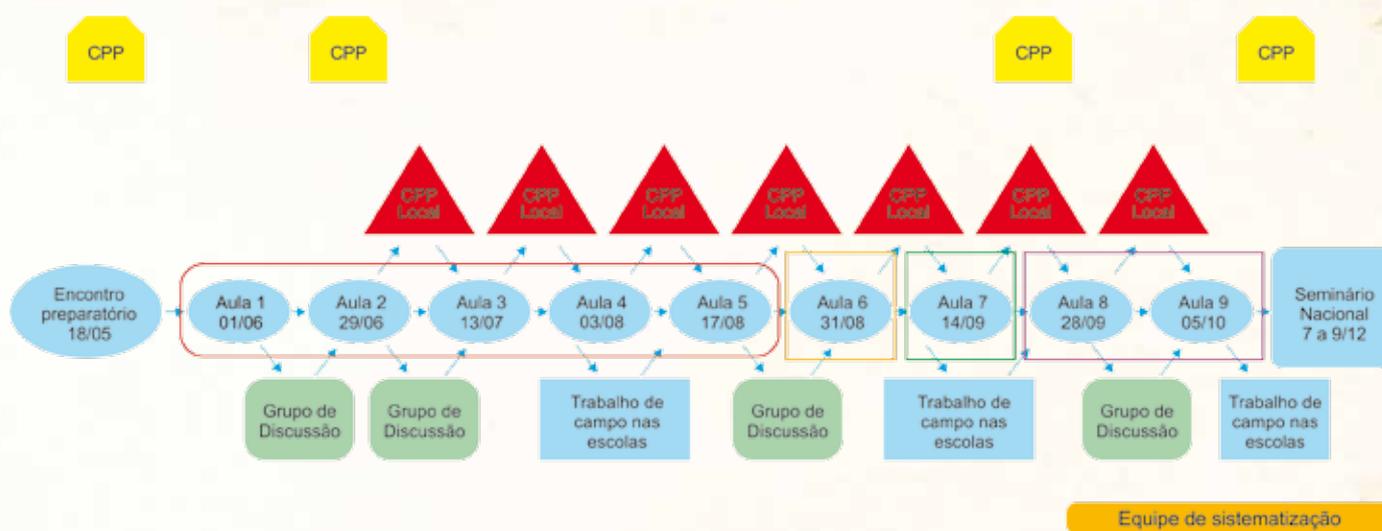
Foto 19 - Grupo de discussão



2.3 MAIS ÁGUA NESSE RIO... OS CONTEÚDOS DA FORMAÇÃO

Como estações do ano, o curso foi dividido em eixos (etapas, fases), cada um caracterizando momentos da formação dos agentes. Cada eixo contou com diferentes números de encontros (totalizando nove) e seus respectivos trabalhos de campo, caracterizados de acordo com suas temáticas (Fluxograma 1).

Fluxograma 1. *Pedagogia das águas (18/05/2019 a 09/12/2019)*



LEGENDA

-  Coordenação político-pedagógica do Curso
-  Coordenação político-pedagógica local
-  Encontro preparatório, Aulas, Trabalho de campo nas escolas e Seminário Nacional
-  Grupos de discussão
-  Equipe de sistematização
-  Círculo – Eixo - Águas em disputa
-  Círculo – Eixo - Águas que educam
-  Círculo – Eixo - O caminho das águas e da saúde ambiental
-  Círculo – Eixo - Águas de produção

2.3.1 EIXO – ÁGUAS EM DISPUTA

Água para quem tem sede

Silas Borges

Na minha Jarra não tem mais
Minha torneira não tem mais
A chuva a tempo que não cai
No brejo não tem água mais

Será castigo sobre nós?
Ou o destino quis assim?
Será ouvida a nossa voz?
Ou esse será nosso fim?

Depende de mim, de você, de nós
De todos nós!
(...)

Esse eixo foi composto por cinco encontros. Além de sua integração, os educandos dedicaram boa parte da atenção à redescoberta do território em que vivem, mediante temas geradores e conceitos interligados pela pedagogia das águas que os estimularam a identificarem o espaço como construído socialmente, ou seja, histórico e repleto de conflitos entre as classes sociais que ali convivem.

O primeiro momento do curso buscou ouvir expectativas e ter como ponto de partida a compreensão de mundo e experiências de vida. Neste momento, foram apresentados os sujeitos políticos e pedagógicos constituídos pelo Lavsa e pelo MAB. A proposta do curso foi pactuada, bem como as bases organizativas de como seria realizado, construindo e ajustando com todos os participantes, considerados sujeitos do processo aprendizagem-ensino.

O estudo da formação histórica fez uso de um instrumental teórico de interpretação da realidade que permitiu identificar conflitos contemporâneos, especialmente relacionados à desigual distribuição da água.

Foto 20 - Visita de campo ao território - ruínas da igreja de São José da Boa Morte



A atividade de visita de campo (Foto 20) ocorreu no período da tarde, quando os educandos e as educandas constataram na ‘prática’ algumas questões apresentadas durante a aula História da luta pela terra no vale do Guapiaçu e o contexto atual na parte da manhã. Nesta ocasião, algumas explicações feitas por docentes e convidados sobre os acontecimentos

registrados nas ruínas da igreja que marcaram a luta de seu povo (foto 02, página 20), contribuíram para aquecer o debate com base nos conteúdos trabalhados em sala de aula.

O território delimitado para estudo foi o leste metropolitano do Rio de Janeiro, mais precisamente das nascentes das bacias Guapiaçu e Macacu, até a sua foz natural – a baía de Guanabara; e os municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Ilha de Paquetá, favorecidos pelo abastecimento de suas águas, aqui reconhecidos como sua “foz social”.

PUXA,
QUE “FOZ SOCIAL”
É ESSA?!



Cada encontro buscou problematizar aspectos, dimensões e escalas de sua realidade. Para tanto, desde o primeiro, lançou-se mão de **mapas falantes** (Foto 21) como uma estratégia pedagógica pactuada entre educandos e educadores para a sistematização das atividades. Os mapas, elaborados no decorrer dos quatro eixos, recebiam contornos mais definidos à medida que os conteúdos debatidos, e posteriormente organizados em forma de dados e registrados em escalas geográficas, davam voz às informações colhidas pelos grupos a partir do reconhecimento cotidiano de seus territórios, reproduzindo-os em mapas falantes.

Foto 21 - Elaboração do mapa falante de conflitos do leste metropolitano



Ao final desse eixo, a chamada “crise hídrica” se tornou muito mais do que a “falta de água” e ficou evidente que as verdadeiras soluções não estão em águas represadas em barragens, mas na energia das águas em movimento, produtora de alimentos e de vida (Foto 22).

Foto 22 - Elaboração do mapa falante de conflitos das bacias Guapiaçu e Macacu



2.3.2 EIXO – ÁGUAS QUE EDUCAM

A educação em saúde ambiental de caráter popular foi a base para esse eixo. Foi realizado com objetivo de que os educandos se apropriassem de métodos, formas e linguagens diversas que resgatassem suas experiências de vida e as culturas locais, para o diálogo com a comunidade, ampliando as possibilidades de uma ação comunicativa nos trabalhos de campo realizados nas escolas.

Foram apresentadas práticas que o conjunto dos trabalhadores tem utilizado para informar, formar, denunciar, comunicar e lutar, entre elas, a Agitação e Propaganda (Agitprop). Para vivenciar tais intervenções, os educandos realizaram oficinas de teatro e mística, desenvolvimento corporal, muralismo e hip-hop (Fotos 23 e 24).

Foto 23 – Oficina de muralismo



Agitprop

É um conjunto de métodos e formas que podem ser utilizados como tática de agitação, denúncia e fomento à indignação das classes populares e politização de massas em processos de transformação social.

Foto 24 – Oficina de teatro



2.3.3 EIXO – O CAMINHO DAS ÁGUAS E DA SAÚDE AMBIENTAL

Esse eixo procurou abordar a totalidade do conceito ampliado de saúde e como este conceito se faz na prática social dos indivíduos em sociedade. Ao longo do processo de formação, aprofundou-se a relação entre saúde e ambiente, o ambiente socialmente construído, mediado pelo trabalho. A começar por estudar a água, elemento vital, cotidiano, de vários significados e memórias, foi possível, seguindo os seus caminhos e meandros, conhecer um território em suas diversas escalas, dimensões que indicam a relação humanidade-natureza e suas determinações socioambientais, que estabelecem as condições de vida e a situação de saúde no território.

Com base nas experiências coletivas, refletiu-se sobre as relações água-solo-biodiversidade, água-modos de vida e, fundamentalmente, as possibilidades de construção de uma vida plena de direitos, o bem-viver ou viver bem.

Entendeu-se por que a água é vista pelos interesses do ‘**capital**’ como um **recurso** hídrico, o que a reduz à condição de **mercadoria**, que deve gerar lucro. Entretanto, a partir do conhecimento dos educandos, esse bem comum passa a ser visto desde suas nascentes, como origem da vida, em seu curso, e passa a ser componente da história, da memória, alimento, território, moradia, cultura, elemento de conflitos e de cooperações.

As determinações socioambientais – que resultam no manejo saudável das águas, mas também nas causas para existirem águas poluídas, contaminadas, represadas, privatizadas, turbulentas e de inundações – contribuem para a compreensão das diversas formas da relação humanidade-natureza e de relações entre as classes e grupos sociais que desembocam em processos de saúde-doença-cuidado.

EITA! É TUDO ISSO?!
ÁGUA, NUM É
SÓ ÁGUA, NÃO?!!!



Os caminhos das águas e da saúde ambiental começam a revelar que o cuidado com as águas domiciliares implica também no manejo sustentável das águas para a produção, transbordando para a luta pelo direito à água e ao saneamento ambiental. São valores que fortalecem a organização comunitária e, consequentemente, a promoção da saúde e a conquista de políticas públicas sustentáveis e saudáveis para a região (Foto 25).

Foto 26 – Aula do curso



“OSWALDINHO CRUZ” FALANDO
DE CIÊNCIA E DOS CUIDADOS COM
A ÁGUA DE BEBER.

2.3.4 EIXO – ÁGUAS DE PRODUÇÃO

Continuando o *per-curso* desse rio, chegamos ao eixo ‘Águas de produção’. Neste, tratou-se de discutir as coisas boas que uma sociedade mobilizada pode, mediante a disposição e a organização popular, realizar no território. O eixo foi dividido em dois momentos: o primeiro, apresentou alternativas efetivas de produção e conservação da bacia hidrográfica, suficiente para atender as necessidades do povo que ali vive e trabalha bem como daqueles que necessitam dessa água para seu consumo diário na cidade.

No segundo, os educandos foram convidados a relembrar e refletir sobre a enxurrada de conflitos e violências que a população desse território vivencia e, com base nisso, projetar positivamente alternativas para o leste metropolitano (Foto 26).

Foto 26 – Aula do curso



A turma foi convidada a construir as bases de um projeto popular para o leste metropolitano, destacando a sociedade, o ambiente, as seguranças hídrica, alimentar e energética, e a participação popular como elos indissociáveis. Essas premissas colocam por terra projetos excludentes de povo, destruidores do ambiente e concentradores de riquezas e de poder, como é o exemplo do projeto de barragem no rio Guapiaçu (Foto 26).

Foto 27 – Aula do curso



Foto 28 – visita de campo a São José da Boa Morte



Foto 29 – Seminário Internacional Pocea/UFRJ



Algumas atividades ocorreram simultaneamente ao processo de formação para além das salas de aula (Foto 27): atividade de visita de campo (Foto 28); participação das atividades no Seminário Internacional Plataforma Operária e Camponesa da Energia e da Água na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)⁷ (Foto 29).

Uma das atividades que proporcionou a vivência de momentos marcantes devido ao acesso à experimentação do universo da ciência foi a ida à Fundação Oswaldo Cruz (Foto 30). No campus da Fiocruz, os jovens educandos e educandas compartilharam com outros visitantes de uma encenação teatral (Foto 31), além de conhecerem um pouco mais das produções da instituição com a exposição do

⁷ Pocea - Plataforma Operária e Camponesa da Energia e da Água; <https://www.fup.org.br/ultimas-noticias/item/23142-compromissos-com-o-povo-para-a-soberania-energetica>

Museu da Vida (Foto 32). Essa atividade também contou com palestras e debates que contribuíram na formação dos *agentes populares em saúde ambiental* (Foto 33).

Foto 30 – *Visita de campo - Fiocruz*



Foto 31 – *Visita de campo - Fiocruz*



Foto 32 – *Visita de campo - Fiocruz*



Foto 33 – *Visita de campo - Fiocruz*

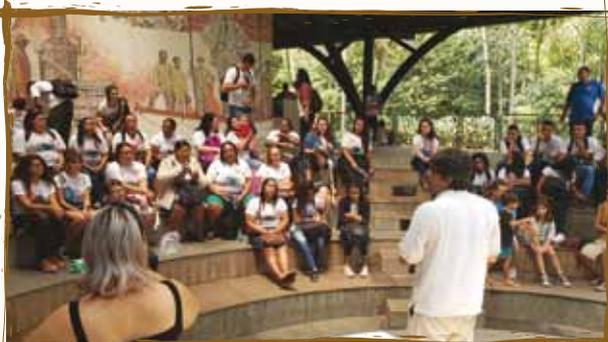


Foto 34 – *Seminário Nacional Pedagogia das águas em movimento 1*



Ao final do curso, foi realizado o Seminário Nacional Pedagogia das águas em movimento que contou com a presença de lideranças atingidas por barragens de diversas regiões do Brasil. Junto com a comunidade local, compartilharam-se experiências de aprendizado, de luta e de organização popular para superação de violências e violações comuns em territórios atingidos por barragens (Fotos 34 e 35).

Água para quem tem sede

(continuação)

Silas Borges

(...) Mudar a triste realidade do nosso povo não é nada fácil,
A disputa é grande,
E cresce! E fere! E mata!
Mata de fome, mata de sede, mata de desilusão!
Desilusão com um mundo que parece perdido, que
parece cansado...
Onde poucos que muito tem querem tomar o pouco
de quem nada tem.
Mas nós com nossa esperança insistimos em lutar
por uma vida possível,
Melhor, maior, com igualdade
E quem beber dessa água não terá mais sede!
A água da luta, do conhecimento, da liberdade (Água
da vida)!
Quando formos livres das correntes que nos prendem
poderemos dizer:
Vencemos! Crescemos! Renascemos!
Com uma Água da vida, que só quem já vive pode
oferecer.
A água é doce, é fresca, é cristalina.
Mas o poço é fundo, é escuro, é estreito.
... Vamos levar esta água?
Pôr fim a uma sede (Sede de Justiça!),
Causada pela desigualdade,
Entre os que trabalham e os que acorrentam.
...Vamos levar esta água?
Organizar a rebelião,
Com o copo na mão
De quem quer beber, lavar, lutar!
Lutar pela água! Lutar contra a sede!
É tarefa de todas, é tarefa de todos
É tarefa de todos nós!

Foto 35 – Seminário
Nacional Pedagogia das
águas em movimento 2



2.4 CORRENTEZA

O curso de *Educação popular em saúde ambiental em comunidades do município de Cachoeiras de Macacu/RJ - Pedagogia das águas em movimento* desenvolveu-se de acordo com uma metodologia identificada com a própria história de lutas pelas populações do campo e da cidade e demais instituições envolvidas.

A **necessidade de insistir no encontro da teoria com a prática** (filosofia da *práxis*) nos orienta a valorizar a prática, conhecer a teoria para melhor compreender a *realidade* e cada vez mais avançar em nossa atuação enquanto agentes transformadores da realidade. Seguindo este princípio, o curso possibilitou que os educandos participassem na elaboração e no processo das aulas. Esse método tem como objetivo formar os agentes de maneira que eles entendam que a mudança da realidade estudada somente se dará com a ampla participação popular e a construção coletiva. Assim, simultaneamente, a realização do curso se torna objeto e método de aprendizagem.

Foi fundamental que os espaços de curso fossem construídos por todos os integrantes. Entendemos que a prática de tarefas coletivas contribui na superação de grandes dificuldades. Por isso, na educação popular o professor faz-se educando e vice-versa, para que todos possam aprender juntos. Em cada momento do curso, as tarefas de mística e animação, limpeza, auxílio no preparo da alimentação e relatoria das etapas foram divididas entre os Grupos de discussão. Com isso, realiza-se o espaço do curso com a força de trabalho quase toda vinda de dentro do próprio curso. É a pedagogia do trabalho.

2.4.1 UM RIO QUE TRANSBORDA... SOBRE OS TRABALHOS DE CAMPO

O ‘trabalho de campo nas escolas’ foi proposto no sentido de envolver o conjunto da comunidade atingida, bem como de aperfeiçoar, praticar e afirmar a leitura da realidade do território. Serviu também para testar os conhecimentos apreendidos pelos/as educandos/as da turma, seja do ponto de vista do conteúdo, seja da própria capacidade de desenvolvimento de trabalho em grupos.

A princípio, os trabalhos de campo foram pensados para jovens do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio. No entanto, no decorrer do curso, os/as educandos/as demonstraram interesse em realizar os trabalhos em

escolas de ensino do primeiro seguimento do ensino fundamental. As atividades foram realizadas desde a quarta aula do curso, e acompanhadas pela CPP local, quando a turma já demonstrava estar preparada.

Foto 36 – Trabalho de campo 1



Foto 37 – Trabalho de campo 2



Foram três trabalhos de campo ao longo do curso (Fotos 36 e 37). Coube a cada grupo de discussão preparar as intervenções a partir de um tema motivador discutido em aula. Os GDs se reuniram, organizaram e planejaram as intervenções. Junto com os demais integrantes, a coordenação de cada GD fazia o primeiro contato com a direção das escolas solicitando autorização para a preparação e realização dos trabalhos de campo.

O primeiro trabalho teve como tema De onde vem a nossa água. Buscou promover rodas de conversa nas escolas, em que se poderia trocar experiências sobre as formas de acesso à água da população. Em seguida, realizou um diagnóstico das fragilidades dos sistemas de abastecimento local, como poços artesanais, nascentes sem tratamento, entre outros. O que parecia difícil, foi apenas a *Pedagogia das águas em movimento* começando a dar seus primeiros resultados. Com slides, mapas e apresentação oral, levaram-se os temas para a roda com as informações e conteúdos sobre a região. Os educandos/as, mesmo com timidez e nervosismo, conseguiram desenvolver a roda de conversa e multiplicar conhecimento.

Com o assunto exposto, as contribuições surgiam como águas do rio, sempre novas. Foram apontamentos de fatos do cotidiano, da vivência dos alunos e de

familiares que participaram da roda. Uma aluna citou “tenho parentes em Itaboraí e não tem água na casa deles”, outros relataram dificuldades de ter água em suas casas.

No segundo trabalho de campo, realizaram-se oficinas sobre acessibilidade qualitativa da água e as formas sociais e populares de se tratar a água de beber. Os GDs buscaram problematizar aspectos relacionados à qualidade da água que a população acessa e sua relação com a saúde, bem como formas sociais e populares de se tratar a água de beber.

Foto 38 - Trabalho de campo - oficinas de filtros



Foto 39 - Trabalho de campo - oficinas de filtros



A fim de exemplificar a importância desse debate, as oficinas utilizaram filtros de barro (Foto 38), que é uma tecnologia popular e muito eficiente para o tratamento da água de consumo. Os educandos/as abordaram esse assunto, montaram o filtro com os alunos nas escolas e explicaram como limpar e cuidar do material. Em uma das escolas, o filtro de barro foi personalizado pelos educandos/as e pelas crianças que participaram do trabalho de campo (Foto 39).

No terceiro e último trabalho de campo, levou-se para as escolas, através de técnicas de Agitação e propaganda (Agitprop), o sonho e o desafio de se construir um Projeto Popular para o leste metropolitano. Os desenhos, as rimas, os teatros, o muralismo (Fotos 40, 41 e 42) e o rap foram concebidos através de discussões e ideias vindas de todos os participantes das atividades, ou seja, uma forma de motivar as escolas e seus/suas educandos/as a pensarem o que é preciso constar no território dos nossos sonhos: como deveria ser o leste metropolitano, desde o vale do rio Guapiaçu, até Niterói, na Baía da Guanabara.

Foto 40 - Trabalho de campo - oficina de muralismo 1



Foto 41 - Trabalho de campo - oficina de muralismo 2



Foto 42 - Trabalho de campo - oficinas de muralismo 3



2.4.2 COORDENAÇÃO DAS ETAPAS

Fundamental na organicidade, a coordenação das etapas garantiu o cumprimento dos horários, dos acordos coletivos e das participações dos professores convidados e dos educandos nas aulas e atividades de campo. Essa coordenação foi realizada por um Grupo de discussão e um membro da coordenação local do curso, mas sempre discutida e encaminhada de acordo com a CPP local (Foto 43).

Foto 43 - Orientações da Coordenação político-pedagógica local



2.4.3 MÍSTICA

A mística faz parte da organicidade de todas as etapas e tem como objetivo trazer a reflexão dos presentes sobre o tema a ser discutido. Com uma poesia, uma música, uma oração ou simples gestos; uma fala que expresse o momento, um lamento, um grito de vitória. A mística pode aparecer de diferentes formas, a depender do que ela quer sensibilizar. Arte e cultura são fundamentais para a popularização da ciência e do diálogo entre conhecimentos populares e acadêmicos.



A mística deve preparar o público para receber e participar do conteúdo a ser exposto, da mesma forma deve aproximar as dimensões da racionalidade, das emoções e da afetividade, unindo corações e mentes. No curso, todos os participantes foram desafiados a fazer as místicas das etapas. Os grupos de discussão se dispuseram a estudar as formas de mística e as preparar (Fotos 44 e 45).

UHUM!!! COMO SERÁ UMA MÍSTICA?? COMO ELA ACONTECE?

Foto 44 - Mística 1



Foto 45 - Mística 2



2.4.4 EDUCAÇÃO DA SENSIBILIDADE E DA LUTA

Para estimular a motivação e animar os momentos coletivos, criando um espaço harmonioso e temático, em todas as etapas se pensou em elementos que implicassem mais aprendizado. Em cada encontro, criavam-se símbolos remetidos ao tema proposto (Foto 46).

Foto 46 - Momento de sensibilização



2.4.5 RELATORIA

Na formação de *agentes populares em saúde ambiental*, os educandos tinham a tarefa da relatoria, para que a turma pudesse ser lembrada em cada encontro sobre o que havia sido estudado na etapa anterior. Durante todo o curso, puderam ter essa memória de como foi o processo: contínuo de aprendizagem, de sistematização e da própria constituição de sua história.

2.4.6 AVALIAÇÃO DAS ETAPAS

A construção do curso é feita de forma coletiva. É importante que em cada etapa seja realizado um processo de avaliação, a fim de identificar o que deverá ser mais bem desenvolvido em cada ação: mística, mobilidade, ciranda, processo ensino-aprendizagem, alimentação, autoavaliação (coordenação, educandos e educadores), entre outros.

Essa avaliação objetiva estabelecer melhor interação nos espaços de aprendizagem, pois configura processos contínuos de aperfeiçoamento, por isso se faz necessário que se aponte o que deve ser mudado em todos os aspectos: no conteúdo, nos tempos de aula e de campo e nas tarefas, bem como o próprio comportamento das tarefas do grupo.

ENTÃO, COMO DIZIA MEU AMIGO
PAULO FREIRE, "A EDUCAÇÃO
AUTÊNTICA, REPITAMOS, NÃO SE
FAZ DE "A" PARA "B" OU DE "A"
SOBRE "B", MAS DE "A" COM "B",
MEDIATIZADOS PELO MUNDO (...)."



2.4.7 CIRANDA INFANTIL

Ambiente de educação infantil, baseado em formas lúdicas, a ciranda desenvolve-se com instrumental pedagógico adequado, que promove imaginação, criatividade e fantasias, de acordo com os temas propostos pelo curso, com vistas a formar sujeitos autônomos e de direitos.

É organizada e coordenada pela CPP local, para que TODOS que estejam envolvidos e comprometidos com as atividades do curso participem de forma igualitária (Fotos 47 e 48).

Foto 47 - Ciranda infantil 1



Foto 48 - Ciranda infantil 2



2.4.8 ESCOLAS AMIGAS DOS ATINGIDOS

No curso de *Educação popular em saúde ambiental em comunidades do município de Cachoeiras de Macacu/RJ - Pedagogia das águas em movimento*, alguns colégios e escolas de Cachoeiras de Macacu, municipais e estaduais, fizeram parte do processo de formação. Essas escolas receberam a proposta do curso, nas quais pode-se realizar a divulgação e inscrição de alunos interessados, e aceitaram receber os trabalhos de campo realizados pelos grupos de discussão. A experiência vivenciada no curso começou a saciar a sede por conhecimento dos educandos/as do curso, que logo levaram para as escolas do município uma forma diferente de ensinar e

aprender. Na ocasião do Seminário Nacional Pedagogia das águas em movimento, foram entregues certificados aos responsáveis de cada uma das Escolas Amigas dos Atingidos.

Quais são as *Escolas Amigas dos Atingidos*?

Colégio Estadual São José, localizado na zona rural, bairro de São José da Boa Morte; atende às séries do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, tendo aulas nos turnos da manhã e da tarde. Essa escola acolheu boa parte das atividades do curso, cedendo espaço de sala de aula, sala de vídeo, refeitório e ginásio (Foto 49).

Foto 49 - Entrega de certificado 1



Colégio Estadual Quintino Bocaiúva, localizado na sede do município de Cachoeiras de Macacu; atende ao Ensino Médio e à Educação de Jovens e Adultos (EJA-Ensino Médio) e funciona para aulas nos turnos da manhã e da noite. Além de acolher os trabalhos de campo, essa escola foi também o espaço de acolhida das reuniões periódicas da CPP local do curso (Foto 50).

Foto 50 - Entrega de certificado 2



Centro Integrado de Educação Pública - CIEP 479- Mario Simão Assaf, localizado no bairro São Francisco de Assis, em Cachoeiras de Macacu; atende às séries do Ensino Médio e funciona para aulas no turno da manhã.

Centro Integrado de Educação Pública - CIEP 140 - Mario Cezar Gomes da Silva, localizado no centro de Cachoeiras de Macacu; atende às séries do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, funciona para aulas no turno da manhã.

Escola Municipal Lucy Campelo da Fonseca, localizada na zona rural, no distrito de Boa Vista em Cachoeiras De Macacu; atende as séries de educação infantil (pré-escolar) e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, funciona para aulas nos turnos da manhã e da tarde.

Colégio Municipal Professor Carlos Brandão, localizada no Centro de Cachoeiras de Macacu; atende do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do 1º ao 4º ano do Ensino Médio-Normal/Magistério e do EJA/ Ensino Fundamental, funciona para aulas nos três turnos: manhã, tarde e noite.

Escola Municipalizada Quizanga, localizada na Quizanga, na zona rural de Cachoeiras de Macacu, em uma área que seria alagada pelo projeto de barragem do

Guapiaçu; atende às turmas da educação Infantil - Pré-Escolar e do 1ª ao 5ª ano do Ensino Fundamental.

Para a realização do curso, as escolas amigas representaram espaços de troca e compartilhamento de criação e ideias (Figura 4).

Figura 4 - Espaços de compartilhamento



3. DA FOZ, O ENCONTRO DAS ÁGUAS E DOS SABERES

3.1 PEDAGOGIA DAS ÁGUAS EM MOVIMENTO

Como um rio é constituído por várias nascentes, a *Pedagogia das águas em movimento* é construída por todos e todas que participam do processo e, só poderá ser aplicada com o esforço coletivo. É necessário que o **conteúdo** caminhe lado a lado com a **forma**, ou seja, não basta estudar, é preciso estudar de maneira construtiva. O trabalho em grupo, as tarefas nos dias de aula (limpeza, relatoria, mística, coordenação), a coordenação político-pedagógica, as avaliações, são as formas pelas quais os educandos podem promover um curso para si mesmos em qualquer lugar e em qualquer condição. Por isso, é importante que a *Pedagogia das águas em movimento* seja toda construída com participação ativa dos educandos, de forma que se sintam parte do curso e não apenas alunos matriculados.

Essa proposta incentiva os educandos a aprofundarem o olhar sobre esse **mundo**, para desta forma perceberem a origem de conflitos contemporâneos, desde sua própria história, e que compartilhem de suas dificuldades com os demais trabalhadores (as) para, então, propor as mudanças. É importante ter consciência de que, para a população em geral (sobretudo aos mais pobres), é oferecida uma educação unilateral que muitas vezes impede que a realidade seja estudada e compreendida.

AGENTES POPULARES EM
SAÚDE AMBIENTAL DE TODO
MUNDO! UNI-VOS!



Um dos fundamentos da *Pedagogia das águas em movimento* é a capacidade de multiplicar o conteúdo e de agrupar cada vez mais pessoas em torno de um determinado tema. Constituído como formação de formadores, tem como princípio levar adiante todo o conhecimento produzido ao longo do processo. Nesta proposta pedagógica, utiliza-se a filosofia de *práxis*, que consiste na relação entre a teoria e a prática; portanto, tudo o que se constrói no âmbito do conteúdo deve ser praticado pela turma e mostrado para outros (as). Um exemplo da multiplicação do conteúdo é o processo de trabalho de campo, quando os educandos vão ao território e desenvolvem com outras pessoas o conteúdo abordado, considerando que esses novos educandos(as) que participam do trabalho de campo também precisam levar adiante o que aprendem. Portanto, é necessário entender que todos e todas são capazes de construir o processo do curso, bem como de levar o conteúdo e a forma do curso adiante. Os educandos e educandas exercem esse papel de formas diferentes, e cabe a essa pedagogia respeitar os limites destes sujeitos.

A Agitação e Propaganda (Agitprop) tem um papel fundamental nessa multiplicação. Possibilita ao aluno transmitir seu conhecimento de várias formas e de uma maneira muito eficaz: a pintura do muro da escola, por exemplo, quando feita através da técnica do muralismo, traz consigo uma série de conteúdos e poderá ser observada por muito tempo e ser tema de muitos debates entre os membros da comunidade.

A formação de formadores possibilita ao educando se enxergar como sujeito construtor da sociedade. Este educando geralmente está inserido em um modelo de educação que o coloca numa condição passiva no processo de ensino. Assim, ele passa a se reconhecer como educador, sem deixar de ser aluno.

Podemos afirmar que a *Pedagogia das águas em movimento* é um ato de educar. Quando trabalhadores e trabalhadoras se unem em torno de um ideal para juntos o estudarem e o construírem, desde a nascente até ao momento em que deságua no mar, a foz. Seus fundamentos contribuem na formulação de uma pedagogia que deverá se espalhar e regar tantos homens e mulheres quantos forem necessários para que se superem as injustiças sociais que oprimem o povo (Freire, 2014). Essa pedagogia deverá ser aplicada e multiplicada nos bairros e comunidades, nos morros, favelas e sertões; nas cidades, nas fábricas, nas ruas; nas escolas, nas igrejas, nos terreiros; e em todos os lugares onde haja trabalhadores e trabalhadoras dispostas a se somar à luta por um mundo justo.

É bom ter presente que a pedagogia que forma novos sujeitos sociais, e que se propõe a educar seres humanos, não cabe em um único curso. É muito maior e envolve a vida como um todo. Entretanto, desafiamo-nos a dizer que é no processo de formação do *agente popular em saúde ambiental* que podemos extrair as matrizes pedagógicas básicas para formular um curso de educação ambiental preocupado com a formação humana e com o movimento da história.

3.2 O AGENTE POPULAR EM SAÚDE AMBIENTAL

Ao representarmos no caminho das águas um movimento pedagógico que habilita jovens a reconhecerem as relações para que desenvolvam uma consciência política sobre seu papel de transformação em suas comunidades, podemos dizer então que na foz de nosso rio encontra-se justamente o ***agente popular em saúde ambiental***.

Assim como em seu ciclo natural, as águas, após percorrerem todo seu *percurso*, alcançam o mar carregadas de novos nutrientes e formas de vida. Da mesma forma, no nosso rio, o agente popular se reintegra à comunidade munido de um novo olhar sobre a ela, preparado para vivenciar novas ações coletivas.

Os *agentes populares em saúde ambiental* formam uma nova compreensão sobre a promoção da educação e da saúde nos territórios. Resultado de um processo coletivo com intencionalidade para ação comunitária que promova saúde e as demais lutas por direitos. Este ‘agente’ pode ser tanto um jeito de ser e estar em comunidade que possibilita focalizar as necessárias transformações a serem conquistadas coletivamente no território, como a oportunidade de exercer esse ofício como uma profissão.

Ao completarem o ciclo, os agentes estarão aptos a desenvolver e apoiar ações que **fortaleçam** a comunidade em que atuam, problematizando sobre os interesses de empresas e as consequências que estes trazem à vida do povo e ao meio ambiente. Dessa mesma forma, diante do poder público e das políticas públicas: fiscalizando e atuando sobre sua implementação; promovendo e realizando debates sobre água, natureza e direitos; construindo junto à comunidade as lutas necessárias para um projeto alternativo para o campo e a cidade visando ao bem-estar social e à promoção da saúde ambiental.

A herança dos *agentes populares em saúde ambiental* será bem mais do que a luta para conseguir libertar as pessoas e a terra das maldades da barragem; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, de todos os lugares. É enquanto produto humano de obra educativa que os *agentes populares em saúde ambiental* podem ser vistos como mais um elo que se forma em uma longa tradição de lutadores sociais que fazem a história da humanidade, enraizados no passado e construindo um projeto de futuro.

3.3 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES AO CURSO

3.3.1 DOS EDUCANDOS

“O curso de Agente Popular em Saúde Ambiental foi um divisor de águas em minha vida. Ampliou os meus conceitos e me mostrou a importância, e a necessidade da participação da minha comunidade na preservação e proteção do meio ambiente, e de outras questões sociais, como educação, saúde etc. Me proporcionou uma visão mais crítica e me motivou a lutar pelos meus direitos e de todos. Por meio do curso, eu percebi o quão importante é a minha participação efetiva nas decisões e em assuntos que tratam da minha localidade. O conhecimento adquirido, me mostrou uma perspectiva diferente da minha realidade e do mundo. Hoje eu sei que o povo não deve se calar e sim lutar, pois esse é o seu papel. [...]” Sara Gomes Ferreira Coelho

“O Curso que eu fiz foi de extrema importância pra mim, porque sinceramente eu não conhecia muito sobre o meu lugar e quando esse curso chegou, eu aprendi conteúdos maravilhosos e interessantes. Ser um Agente Popular em Saúde Ambiental é uma honra, porque me possibilitou enxergar a vida de uma maneira diferente, aprender a lidar com os conflitos vivenciados no dia a dia, e entender a importância dos nossos direitos e lutar por eles são coisas essenciais que somente com o curso eu conquistei toda essa experiência, e consegui colocar em prática tudo o que aprendi. [...]” Mariana Ramos Ferreira

“Fiquei imensamente feliz por todas as aulas [...], os meus hábitos e da minha família mudaram e o uso correto do nosso filtro de barro, os cuidados pessoais, nós já tínhamos o hábito de plantar, mas a partir do curso, o nosso cultivo aumentou, o curso mudou a minha realidade e da minha casa, [...]” Kerollen da Silva Vial

“O curso foi muito importante pois pude aprender um pouco mais sobre a realidade do local onde vivo. Algumas informações ali passadas foram fundamentais pra meu entendimento enquanto morador e agricultor. Muitas coisas sempre foram ocultadas de nós, e no curso foram reveladas, [...]. Agora como agente popular em saúde ambiental, posso ajudar outras pessoas a se tornar também agentes de transformação para elas mesmas e para seu município.” Saulo Marques do Nascimento

“O curso de Agente Popular em Saúde Ambiental foi muito importante para nós jovens de Cachoeiras de Macacu. Nesse curso aprendemos e ensinamos muito, principalmente, como jovens agricultores trocando experiências [...]. Por sermos de uma área que tem um projeto de barragem, a gente passa por muitas situações difíceis, como por exemplo o fato de muitas das vezes sermos esquecidos pela Prefeitura. Sofremos com escolas fechadas, com estradas ruins, falta de ponte, falta de médicos nos postos etc. Esses encontros serviram para mostrarmos o que está acontecendo em nosso lugar e nós mesmos pudéssemos nos conhecer melhor.” Beatriz Borges Evangelista

Os relatos apresentados mostram o quanto a *Pedagogia das águas* foi importante na formação desses jovens, que saíram do processo com uma visão totalmente diferente acerca da realidade, até mesmo quando se trata do seu próprio lugar de moradia. Essa mudança na forma como se vê o mundo é o que faz com que o *agente popular em saúde ambiental* se sinta motivado para levar adiante o conhecimento adquirido e seguir firme na luta.

3.3.2 DA COORDENAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Entendemos que o processo de formação é fundamental para que o povo se sinta na posição de construtor da sociedade. Infelizmente ainda temos muito o que avançar no âmbito da saúde ambiental no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo quando falamos de comunidades que, na maioria do tempo, são totalmente desassistidas pelo poder público. Para o MAB, o curso *Educação popular em saúde ambiental em comunidades: Pedagogia das águas em movimento* plantou uma importante semente em um solo muito fértil, a juventude, e essa semente irá florescer muito. A parceria entre a EPSJV e o MAB, na execução desse processo, e o envolvimento da juventude, na construção efetiva do curso, provam para nós do Movimento o potencial que esta pedagogia tem ao ser aplicada nos territórios.

Os temas abordados remetem a uma realidade enfrentada no cotidiano de cada educando presente no curso: a falta de água, a falta de acesso à terra, a produção e consumo de alimentos com agrotóxico, entre outros; mas o que talvez tenha somado mais à vida dos educandos foi a liberdade e a capacidade, não só de analisar essa realidade, como de propor e construir possíveis saídas para tais problemas, e, além disso, de levar adiante essa experiência através dos trabalhos de dispersão.

Por fim, reiteramos a importância que o curso deu à organização popular: aprendemos sobre importantes ferramentas de enfrentamento aos problemas e de construção de políticas voltadas à saúde ambiental; e a principal ferramenta, sem dúvida, é o trabalho coletivo. Essa importante afirmação faz com que os educandos se sintam capazes de, em suas comunidades, organizarem-se, seja em associações de bairro, cooperativas de produção, movimentos sociais, partidos; e essa organização é que torna capaz a propagação dos conteúdos estudados, bem como a luta por direitos para a população do leste metropolitano do Rio de Janeiro.

A proposta do curso teve como nascente a pedagogia do movimento e as experiências de aprendizagem com populações do campo, da floresta e das águas. A compreensão de que a água educa vem de um profundo conhecimento dos camponeses do Semiárido. Ao ser territorializada nos Vales do Guapiaçu e Macacu, ricos em nascentes e por isso também ameaçados, encontrou nos olhares dos educandos o interesse inicial pela proteção do meio ambiente. Seguindo o curso das águas, a população, suas famílias e suas experiências de vida entraram em cena e, com isso, ficou claro, em cada encontro, em cada sorriso, que a saúde humana e a da natureza são indissociáveis. A defesa da natureza frutificou em meio à potência da educação popular no compromisso com a saúde ambiental.

3.4 DA FOZ AO MAR

À volta da fogueira

Martinho da Vila

Os meninos à volta da fogueira
Vão aprender coisas de sonho e de verdade
Vão perceber como se ganha uma bandeira
E vão saber o que custou a liberdade
Palavras são palavras não são trovas
Palavras deste tempo sempre novo
Lá os meninos aprenderam coisas novas
E até já dizem que as estrelas são do povo
Aqui os homens permanecem lá no alto
Com suas contas engraçadas de somar
Não se aproximam das favelas nem dos campos
E têm medo de tudo que é popular
Mas os meninos deste continente novo
Hão de saber fazer história e ensinar



O curso *Pedagogia das águas em movimento* apontou que temos muitos problemas a resolver, problemas que têm afetado diretamente a saúde da população. Mas o curso também mostrou a força do rio, mostrou o quanto o povo brasileiro é capaz de mudar essa realidade, e que é necessário este rio continuar a regar os vales e a levar esperança para o povo.

Construiremos um projeto em que as desigualdades estudadas nesse processo sejam de fato superadas, onde todos e todas possam viver felizes e enfim poderemos construir nossas casas, plantar em nossas terras, beber de uma água que é de

todos nós. Em nosso projeto de país, o alimento será saudável e livre de agrotóxicos, a energia será sustentável e acessível para todo o povo, a saúde da população será garantida em todos os aspectos.

Este projeto, que é popular, que é feito pelo povo, não pode ser considerado um sonho futuro, esse projeto já está em construção. Este rio já começa a desaguar no mar e a espalhar as suas águas pela baía. Agora, para que essa realidade se concretize, é preciso dar continuidade ao que se começou, e ter cada vez mais gente disposta a acabar com a desigualdade no Brasil. Construiremos juntos esse projeto, e seguiremos em luta, porque...

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Atlas esgoto: Despoluição de bacias hidrográficas*. Disponível em: <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013*. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). 2013a. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html. Acesso em: 3 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Programa Nacional de Saneamento Rural*. Brasília: FUNASA, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política nacional de saúde integral das populações do campo e da floresta*. 1. ed. 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em: 2 mar. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível <http://www>.
- Planalto. gov. br/ccivil_03/leis/l9394. htm. Acesso em: 2 jan. 2020.
- BRITO, Ricardo J. B. A. “*Luta-se pela terra livre*”: resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu. 2018. 227f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa De Pós-Graduação De Ciências Sociais Em Desenvolvimento, Agricultura E Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, Rio De Janeiro, 2018.
- ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- CONGRESSO INTERNO DA FIOCRUZ, 8, 2018 [Rio de Janeiro]. *A Fiocruz e o futuro do SUS e da democracia: relatório final*. [Rio de Janeiro]: FIOCRUZ, 2018. 69 p. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/relatorio-final-do-viii-congresso-interno-da-fiocruz>. Acesso em: abr. 2019.
- ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Ações estratégicas do Projeto Político Institucional da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz)*. [2018]. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/acoes%20PPI.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005,

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

HILLS, Mauricio. Ordem e resistir aos grileiros. *Última Hora*, Niterói, ano 11, n. 755, p. 1, 15 jan. 1962. “A revolta dos Jecas-Tatus”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20196&pesq=S%C3%A3o%20jos%C3%A9%20da%20boa%20morte&pagfis=76729>. Acesso em: 5 abr. 2020

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 abr. 2020.

MARTINS, Lucimar L. G. *Na Beira do Rio (poema)*. 28 jul. 2012. Disponível em: <https://dioceseourinhos.wordpress.com/2012/07/28/na-beira-do-rio-poema/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

RIBEIRO, Amado; BARROS, Álvaro. Igreja em ruínas e trincheira para a rebelião de camponeses: 500 sem-terra de Cachoeiras de Macacu em pé-de-guerra. *Última Hora*, Rio de Janeiro, ano 13, n. 4.227, p. 12, 11 dez. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano%20196&pesq=S%C3%A3o%20jos%C3%A9%20da%20boa%20morte&pagfis=91759>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RODRIGUES, José. Educação Politécnica. PEREIRA, Isabel B.; LIMA, Júlio César F. (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 168-174.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt>. Acesso em: 5. abr. 2020.

SOUSA, Isael S.; SILVA, Maria Thaís M. As Representações discursivas existentes no texto “Paulo Freire: a leitura do mundo” Escrito por Frei Betto”. In: COLÓQUIO SOBRE GÊNEROS & TEXTOS, 4., 2014, Teresina, *Anais[...]*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 354.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Fundação Coppetec. *Relatório de Gestão 2013*. Rio de Janeiro: Coppetec, 2013 Disponível em: https://www.coppetec.coppe.ufrj.br/sic/site/documentos/relatoriogestao/relatoriodegestao_2013.pdf. Acesso em: 4 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF). *Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro*: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento regional: 2000-2010. Niterói: Editora da UFF, 2012.

PARA SABER MAIS

1. ARTIGOS

EVANGELISTA, Silas; ROSSATO, Alexania. *No RJ, projeto de privatização da água deve deixar população mais pobre e desabastecida*. 15 set. 2020. Disponível em: <https://mab.org.br/2020/09/15/artigo-no-rj-projeto-de-privatizacao-da-agua-deve-deixar-populacao-mais-pobre-desabastecida/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

GALEB, Anna Carolina; CALISTO, Dalila; MASO, Tchenna. *A sobrecarga de tarifas na vida do povo brasileiro*. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-sobrecarga-de-tarifas-na-vida-do-povo-brasileiro/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

2. CARTILHA

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). *Política nacional de direitos das populações atingidas por barragens*: PNAB. 2013. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/PNAB-Politica-Nacional-de-Direitos-das-Populacoes-Atingidas-por-Barragens.pdf. Acesso em: 6 maio 2020.

3. FILMES

ARPILLERAS: *Atingidas por Barragens Bordando a Resistência*. Direção: Coletivo

de Mulheres do MAB. Narração: Dira Paes. Entrevistas: Adriane Canan e Guilherme Weimann. 2017. 1 vídeo (97 min), color. Legendas: Português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU>. Acesso em: 6 maio 2020.

GUAPIAÇU: um Rio (de Janeiro) ameaçado. Filme de: Bruno Ferrari, Guilherme Weimann e Vinicius Denadai. Realização: Movimento dos Atingidos por Barragens. Cooperação: Heinrich Böll Stiftung. Apoio: Fase e Associação dos Geógrafos Brasileiros Trilha Sonora Original: Moura e Jairo Crespo de Alancântara. [2015?]. 1 vídeo (23 min). Legendas: Português, Espanhol e Inglês. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0VjZ6ro6BCk&t=63s>. Acesso em: 6 maio 2020.

4. LEGISLAÇÃO

RIO DE JANEIRO. *Lei n. 7192 de 06 de janeiro 2016*. Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança de Barragens (PESB) e regula o sistema estadual de informações sobre segurança de barragens (SEISB) no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/85eb3c84afde375683257f340057cb4a?OpenDocument#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20POL%C3%8DTICA%20ESTADUAL,ESTADO%20DO%20RIO%20DE%20JANEIRO>. Acesso em: 6 maio 2020.

5. LIVROS

RODRIGUES, José. Educação politécnica. In: PEREIRA, Isabel B.. (org.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p.168-175. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/25955/2/Livro%20EPSJV%20008871.pdf> . Acesso em: 2 maio.2020.

BORNSTEIN, Vera Joana et al. (org.). *Curso de aperfeiçoamento em educação popular em saúde: textos de apoio*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/textos-de-apoio-para-o-curso--de-aperfeicoamento-em-educacao-popular-em-saude>. Acesso em: 3 jun. 2020

ROSSATO, Alexania; CORBO, Anamaria D'Andrea; NESPOLI, Grasielle (org.). *Educação popular, direitos e participação social: bordando a saúde das mulheres atingidas por barragens*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. Disponível em: <http://www>.

[epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_mab_novo.pdf](https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_mab_novo.pdf). Acesso em: 3 set.2020.

RAMOS, Marise. Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. *Trabalho & Educação*, Minas Gerais, v. 23, n. 1, p. 207-218, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 3 maio 2020.

NESPOLI, Grasielle et al. (org.). *Saberes da experiência: sistematização do curso de aperfeiçoamento em educação popular em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_saberes.pdf. Acesso em: 6 maio 2020.

VAINER, Carlos B. *Conceito de “atingido”*: uma revisão do debate e diretrizes. 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/52010953-Conceito-de-atingido-uma-revisao-do-debate-e-diretrizes-1.html>. Acesso em: 5 maio 2021.



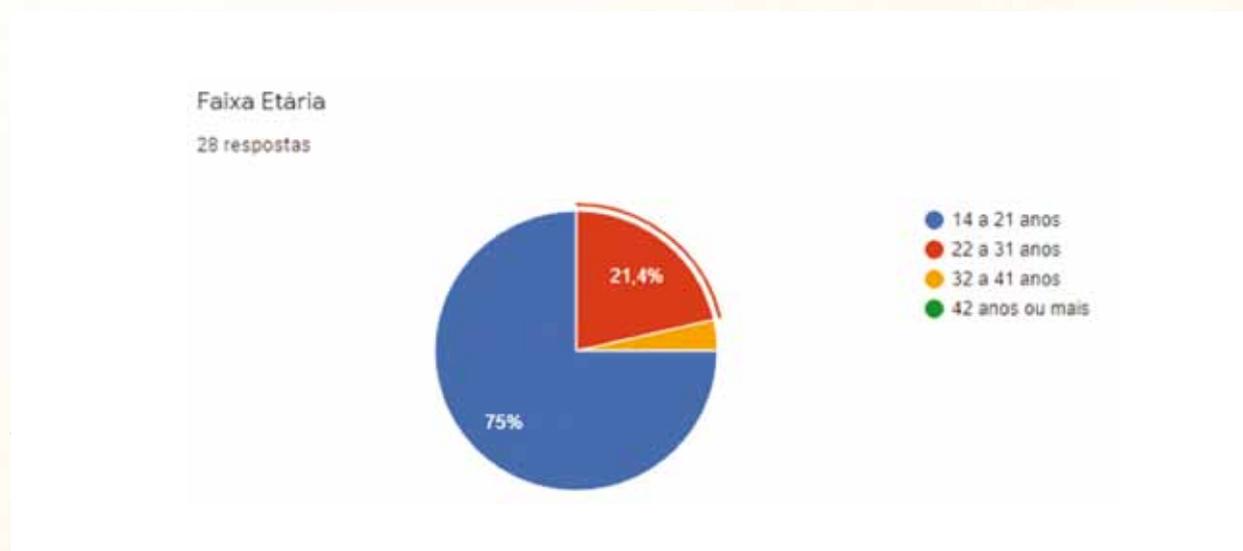
ANEXO

PERFIL DOS EDUCANDOS

O curso *Pedagogia das águas em movimento* teve uma carga horária de 132 horas entre aulas presenciais e trabalho de campo. Contou com 36 (trinta e seis) educandos matriculados e 28 (vinte e oito) formados em *agentes populares em saúde ambiental* com aproveitamento de 77,7%. Do total, participaram da formação 67,9% alunas e 32,1% alunos, em que se evidencia o interesse das mulheres pela temática e pela formação, uma vez que a divulgação do edital se deu amplamente em escolas públicas de Cachoeira de Macacu- RJ e para lideranças locais.

Dos alunos formados, a maioria é adolescente em idade escolar, onde 75% estão concentrados na faixa etária entre 16 e 21 anos, seguidos pelos jovens de 22 a 31 anos com 21,4% da representatividade. Por ser um perfil de jovens, 85,7% dos estudantes declararam estado civil de solteiro, o que condiz com a faixa etária dos educandos.

Ao todo, o curso contou com educandos de sete escolas públicas da região de Cachoeiras de Macacu, sendo o Colégio Estadual São José, unidade parceira que sediou as aulas.



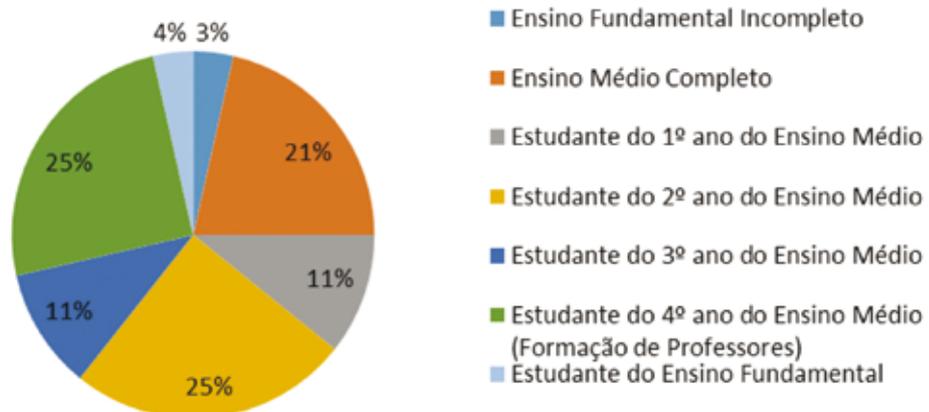
Quanto à escolaridade, 71% dos educandos estão matriculados no ensino médio, segmento obrigatório da educação básica, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Brasil, 1996), 21% já concluíram o Ensino Médio e 8% estão no ensino fundamental, em curso ou com matrícula trancada.

Escola de formação

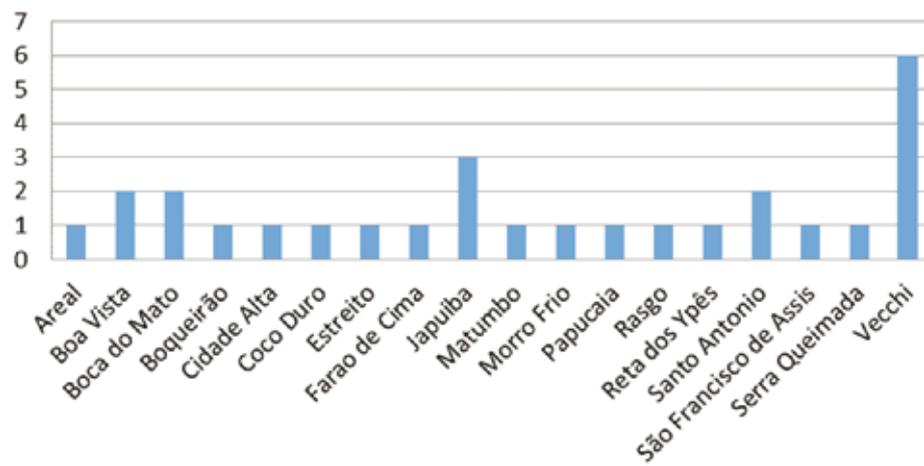


O curso cumpre o objetivo, pois seus estudantes são jovens de bairros diversos do município de Cachoeiras de Macacu – RJ, onde a disseminação da informação terá a possibilidade de abarcar diversas famílias de diferentes localizações. Uma vez que 81,1% dos jovens não trabalham e residem com seus responsáveis.

Escolaridade



Bairro de Residência



Fonte: Tabulação elaborada pelos autores

Este livro foi impresso por STUDIO AB GRÁFICA
E EDITORA, para Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio/Fiocruz, em dezembro de 2021.
Utilizaram-se as fontes Overlock e Patrich Hand SC
na composição, papel couchet 90g/m² para o miolo
e cartão Triplex 250 g/m² para a capa.